

Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Ciências Políticas
Curso de Especialização em Políticas Públicas

Maíra Milanez dos Santos

**Grupo de Convivência de Mulheres do CRAS Vila
Coqueiral: um olhar sobre a pertença**

Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Políticas Públicas da
Universidade Federal de Minas Gerais como
requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Política Pública.

Orientadora: Eleonora Schettini Martins Cunha

Belo Horizonte

2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade do aprendizado através dessa pesquisa, não somente um aprendizado acadêmico, mas principalmente de vida, de convivência.

Agradeço minha família pelas boas vibrações, paciência e estímulo. Aos amigos e ao querido Neyfsom Carlos que me incentivou diversas vezes, do início ao fim.

Agradeço profundamente a Eleonora Schettini, minha orientadora, uma mulher que ama o que faz e que ensina de forma doce e firme. Sem sua orientação, respeito ao meu momento e sua tranquilidade eu não conseguiria aprender com tamanha leveza.

A toda equipe do CRAS Vila Coqueiral, e me permito destacar aqui, Adriana Basílio que durante sua coordenação topou as propostas apresentadas para que esse grupo pudesse crescer e amadurecer e a minha querida amiga Lúcia Henriques que sempre vibrou e vibra com o trabalho desenvolvido no equipamento.

Com muito carinho agradeço as Mulheres do Grupo de Convivência do CRAS Vila Coqueiral, essas lindas mulheres, que me fizeram ter um sentimento de pertencimento a esse grupo e por esse trabalho.

Sumário

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1- O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E A ATENÇÃO ÀS FAMÍLIAS	8
1.1 A organização recente da Política de Assistência Social.....	8
1.2 Os Centros de Referência da Assistência Social	12
1.3 O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família	15
1.4 A atuação da psicologia junto às famílias do PAIF	18
CAPÍTULO 2 – GRUPOS SOCIAIS E SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO	22
2.1 Breve história da Psicologia e Psicologia Social	22
2.2 Linguagem e identidade como fatores de inserção social	24
2.3 Formações de grupos e sentimento de pertencimento	27
CAPÍTULO 3 -O GRUPO DE CONVIVÊNCIA DO CRAS VILA COQUEIRAL	32
3.1 O território referenciado no CRAS Vila Coqueiral	32
3.2 CRAS Vila Coqueiral	34
3.3 A Oficina de Convivência “Valorizando a Mulher que Sou”	38
Capítulo 4 – O QUE PENSAM AS MULHERES DO GRUPO SOBRE SUA EXPERIÊNCIA	42
4.1 A avaliação da implementação e a opinião dos usuários.....	42
4.2 A opinião das entrevistadas sobre o Grupo de Mulheres do CRAS	47
Conclusão	55
Referências	58
APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS:.....	61

INTRODUÇÃO

Vivemos em sociedade, nascemos e convivemos em um núcleo familiar, crescemos em uma cultura local, na maioria dos casos adentramos ao ambiente escolar, e adquirimos valores e conhecimentos que têm influência direta desses meios. São esses pequenos grupos que vêm a contribuir para a formação do homem, de cada um de nós.

É sabido que a convivência entre pessoas tem papel fundante desse homem social, que compreende e assimila acontecimentos corriqueiros de seu ambiente. O que acontece é que frequentemente falta-lhe entendimento quanto ao que existe em outros meios. Esse estranhamento advém do fato de ignorar ou esquecer que outras culturas significam diferentes grupos sociais, mas que no fim se complementam.

Um exemplo desse ‘desconhecimento’ é o de jovens que colocam *piercings* e fazem tatuagens, frequentam ‘raves’ e que podem considerar estranhos os costumes indígenas de pinturas corporais durante festas ou guerras ou o costume de furar os lábios de crianças *Karajá* (tribo indígena do Mato Grosso), simbolizando a primeira iniciação desses meninos. Tal estranhamento também pode ocorrer por parte dos índios quanto aos ditos ‘homens brancos’.

A partir do convívio grupal aumenta-se o conhecimento de sua realidade social. A troca de informações, as viagens, o estudo acadêmico, as pesquisas e o constante contato com a realidade do outro auxiliam na expansão da percepção quanto ao seu referencial social e cultural.

Os grupos sociais têm sido objeto de estudo de vários campos da Ciência e analisados por diferentes abordagens teóricas. Na Sociologia, por exemplo, o grupo é parte de algo maior – microssociologia -, a Psicologia olha para o indivíduo no grupo, a Ciência Política analisa a formação as ideias e os interesses desses grupos e como eles procuram influenciar as decisões políticas. Cada um desses campos (dentre outros) contribui para melhor entender as relações entre os indivíduos e a interação entre essas diferentes visões de um mesmo fenômeno enriquece o conhecimento humano.

Por sua vez, há diversos tipos de grupos: há os pré-existentes ao sujeito (família, comunidade local, instituição religiosa, grupo escolar) e aqueles criados por demandas e necessidades diversas, relacionadas ao ambiente do trabalho, à ação política, à ação social e, mais recentemente, a diversas áreas de políticas públicas, como, Grupos de Convivência, Oficinas com famílias e Grupos de discussão.

O presente trabalho aborda a atividade desenvolvida com grupos de usuários da política de Assistência Social no Brasil. Essa política pública busca reduzir as situações de vulnerabilidade social das famílias e dos indivíduos que residem em territórios que produzem riscos à sua integridade e tem como uma de suas diretrizes a atenção à família. Uma das estratégias para efetivar esta diretriz é a oferta de serviços de convivência familiar e comunitária, o que tem sido concretizado por meio de grupos de convivência constituídos especialmente nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

Sabe-se que as relações grupais existem desde a origem do sujeito, no entanto a manutenção de pessoas com mentalidades, hábitos, princípios, culturas e origens diversas em grupos artificiais (criados por demandas externas) não é tão fácil assim. Deste modo, considera-se importante mapear alguns fatores que podem contribuir para a permanência do público alvo inserido na política de Assistência Social nos grupos orientados pelo *Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família* (PAIF). Considera-se que essa permanência efetivamente possibilita alcançar o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, que são pressupostos da Proteção Social Básica, uma das proteções ofertadas pela assistência social. Nesse intuito, o foco do trabalho é um Grupo de Convivência de Mulheres, do CRAS Coqueiral (Belo Horizonte–MG), e intenta-se compreender quais fatores podem contribuir para que essas pessoas adiram e permaneçam reunidas em grupos desse tipo.

Através de meu trabalho como técnica nesse mesmo CRAS, pude implementar e coordenar (no período estudado) o Grupo de Convivência de Mulheres que será objeto dessa pesquisa. No capítulo 3 poderemos verificar o histórico do Grupo e o processo de sua implementação.

A escolha desse grupo como objeto de pesquisa se deu em função do “sentimento de pertencimento” que acometia a mim mesma. A proximidade com essas mulheres, suas histórias, seu contexto social, lutas e vitórias, fizeram com que eu percebesse o valor que esse trabalho tinha, não sendo um ganho apenas para elas, mas, para suas famílias, comunidade, equipe do CRAS e a própria política pública de Assistência Social.

O mérito do trabalho se deve a um conjunto de fatores, dentre eles a disposição das mulheres em participarem e dividirem um pouco de si em um grupo, a movimentação de toda a equipe do CRAS Coqueiral que auxiliava desde a elaboração

de alguns encontros até a confecção de “lembranças”, a disponibilidade orçamentária e o investimento afetivo e profissional nesse trabalho.

Veremos que o sentimento de pertença tem uma relação direta com a identidade, identidade como construção social e cultural e a partir daí surge um entendimento de si, havendo uma apropriação com o grupo e o espaço de acolhida.

Para a realização deste estudo empregamos como estratégias metodológicas a pesquisa documental, por meio de relatórios redigidos no decorrer do Grupo em questão; a revisão bibliográfica, tanto de autores que abordam as temáticas em questão, como o pertencimento, as formas e os motivos de adesão a um grupo, as relações sociais, os laços e vínculos grupais, bem como publicações do Governo Federal e do Município de Belo Horizonte; a pesquisa em bancos de dados, auxiliando quantitativamente esse trabalho; a entrevista semiestruturada com membros do Grupo para o embasamento qualitativo.

Os resultados desse trabalho estão apresentados da seguinte forma. No primeiro capítulo é apresentada uma breve sistematização das normas que embasam o trabalho da Assistência Social nacional e do local destinado a execução da política de Proteção Social Básica - o CRAS- e abordamos o principal serviço que é destinado às famílias, o PAIF. Será explicitada também uma sucinta reflexão sobre o papel e a atuação dos profissionais da Psicologia na Política de Assistência Social.

No segundo capítulo traremos as conceituações acerca da psicologia social e o contexto grupal e verificaremos em que consiste o sentimento de pertencimento a um grupo. No terceiro capítulo apresentamos o território e o CRAS que abrigam o grupo que foi o objeto de pesquisa, bem como as características desse grupo e a metodologia adotada pelo município de Belo Horizonte para a execução do trabalho. Além da discussão teórica, utilizamos de dados empíricos para falarmos da adesão ao grupo.

No último capítulo são apresentadas algumas reflexões a partir das entrevistas semiestruturadas aplicadas às participantes do grupo estudado além de ser expressa uma avaliação de satisfação feita com essas mulheres no ano de 2012. Por meio da análise das entrevistas, busca-se responder à pergunta que nos moveu na pesquisa: o que contribuiu para a adesão e a permanência dessas mulheres no grupo? Exploramos outras questões pertinentes, como os métodos empregados para a implementação e avaliação de uma política pública.

Por fim apresentamos as conclusões acerca do tema estudado, na expectativa de que esta pesquisa possa contribuir para que outros grupos encontrem elementos reforçadores da permanência de usuários das políticas públicas em atividades grupais, especialmente da Assistência Social, auxiliando, assim, uma maior efetividade de tais ações e para uma boa destinação dos recursos públicos.

CAPÍTULO 1- O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E A ATENÇÃO ÀS FAMÍLIAS

Nesse capítulo tratamos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e de sua contextualização histórica, utilizando-nos de dois importantes instrumentos normativos – a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) – que embasaram sua criação e servem de alicerce para sua prática.

Apresentamos, ainda, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), unidades públicas de base territorial onde devem ser realizadas as principais ações voltadas à proteção social a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e o principal serviço destinado à atenção básica às famílias, o PAIF.

Por fim, refletimos acerca da função da Psicologia na política de Assistência Social, especificamente junto a Proteção Básica, dado que os profissionais deste campo são hoje considerados essenciais para a efetivação da política.

1.1 A organização recente da Política de Assistência Social

No ano de 2011, a Política de Assistência Social brasileira ganhou um novo marco em sua história. A Lei nº 12.435, aprovada em 06 de julho, veio alterar a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, conhecida como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Uma das principais alterações introduzidas pela referida Lei é a regulação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que já vinha sendo efetivado desde 2004, por meio da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), que é o modelo de gestão que organiza a assistência social em todo o país.

O SUAS teve sua aprovação através de uma grande luta popular, culminando em uma jornada legislativa, política e social, que só foi possível graças a uma grande participação da sociedade civil, Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuavam no âmbito da Assistência Social e também de profissionais envolvidos e atuantes na área.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) surge no ano de 2004 como um meio para se concretizar o que está expresso na LOAS. Nela estão contidos *princípios, diretrizes e objetivos* que serão apresentados a seguir.

A PNAS cita-nos cinco **princípios** democráticos que são idênticos aos da lei do SUAS:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão(PNAS, 2004,p.32)

Tais princípios dizem que: 1)o atendimento das necessidades sociais é prioritário; 2) a pessoa/família deve ter acesso aos direitos sociais assegurados pelas outras políticas públicas existentes; 3) o acesso à assistência social é um direito que pode ser acessado por qualquer cidadão; 4) o acesso ao atendimento deve ocorrer sem discriminações de qualquer tipo; e 5) os serviços, programas e projetos assistenciais, além dos recursos ofertados e os critérios para sua concessão, devem ser dados a conhecer a todos os cidadãos.

Quanto às **diretrizes**, a **PNAS** cita-nos quatro, sendo que as três primeiras assemelham-se às contidas na lei do SUAS, conquanto mais completas, e a quarta diretriz traz a centralidade na família. A primeira diretriz afirma a:

Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais (PNAS, 2004);

A descentralização político-administrativa é fundamental para que a política de Assistência seja efetiva no país, uma vez que respeita as características regionais e de cada população. A normatização desta diretriz, porém, delimita as funções de cada um dos entes federados, buscando amarrar a efetiva execução.

A segunda diretriz determina a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (PNAS, 2004). Aqui fica clara a importância de a população, por meio de suas organizações, ocupar seu espaço nas instâncias de debate político que a lei garante, como Fóruns, Conselhos e Conferências.

A terceira diretriz afirma a “primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo” (PNAS, 2004). O Estado, portanto, é o responsável primeiro por oferecer uma política pública de Assistência Social, não podendo ser tal política entregue para terceiros, salvo a execução de alguns serviços.

Por fim, a quarta diretriz, a “centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos”, que coloca a família como o foco prioritário dessa política, como público alvo que acessa ou necessita acessar a Assistência Social¹.

Os **objetivos** da PNAS possuem três focos: o primeiro está voltado para a promoção de serviços e afins direcionados para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; o segundo almeja contribuir com a inclusão e a equidade² quanto aos bens e serviços, tanto da proteção social básica como da especial e das zonas urbana e rural; o último pretende assegurar ações com foco na centralidade da família, garantindo ainda o convívio familiar e comunitário (PNAS, 2004, p.33)

A lei do SUAS apresenta-nos de forma mais detalhada, os *objetivos, princípios e diretrizes* que garantem o respaldo jurídico do trabalho na política de assistência social,

¹ - Quanto a esse aspecto, há estudos que questionam a ‘centralidade familiar’, ou o “familismo” como o foco no combate a pobreza, no entanto esquecendo as mulheres que, na maioria das vezes são as gestoras das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Isso acaba gerando maior sobrecarga feminina, posto que, em geral, são elas quem fazem a ponte entre a família e a política em questão. Para aprofundar essa discussão sugere-se a leitura do artigo de MARIANO e CARLOTO - Gênero e Combate à pobreza: Programa Bolsa Família (2009).

²- Equidade é um modo de tratar de forma diferente seus usuários na medida de suas necessidades, sem discriminar e com respeito as especificidades apresentadas. Tratar desigualmente os desiguais na medida de sua desigualdade.

no qual cada ente federado responderá legalmente por suas atribuições, formalizando, deste modo, a Assistência Social nacional. Segundo a Lei, em seu artigo 28 parágrafo 3º,

o financiamento da assistência social no SUAS deve ser efetuado mediante cofinanciamento dos 3 (três) entes federados, devendo os recursos alocados nos fundos de assistência social ser voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios desta política (Lei nº 12.435, 2011)

Conforme dito anteriormente as diretrizes e os princípios da Lei 12.435 de 2011 são semelhantes às apresentadas pela PNAS, cabendo então, falarmos dos objetivos que são mais explorados pela lei do SUAS.

Tal lei tem três objetivos principais:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;*
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;*
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;*
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e*
- e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;*

No primeiro objetivo constam os grupos e atividades prioritários para o atendimento desta política, sendo uma espécie de recorte para nortear o trabalho. Conforme podemos verificar em cada um dos subitens acima. Diz ainda, do Benefício de Prestação Continuada (BPC³), que é a garantia de um salário mínimo mensal destinado à pessoa com deficiência ou idoso (65 anos ou mais), que se enquadrem nos critérios para concessão de tal benefício.

O segundo objetivo “a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos” tem como referência o território, ou seja, a área, o espaço (geográfico, político, social, cultural) no qual a

³- Para mais informações quanto ao Benefício de Prestação Continuada, sugere-se a leitura dos arts. 20 e 21 da LOAS.

família reside. Através da vigilância socioassistencial mapeia-se quais as características deste território que produzem vulnerabilidades e/ou riscos, se há e quais são os serviços da rede socioassistencial, bem como quais as possibilidades de enfrentamento às situações de vulnerabilidades para as famílias ali residentes.

No art. 6º-A parágrafo único da lei que regulamenta o SUAS, esclarece-se que a vigilância socioassistencial é *“um dos instrumentos das **proteções da assistência social** que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território”*(BRASIL, 2011).

O terceiro objetivo – a defesa de direitos – diz da garantia do pleno acesso aos direitos a todos os serviços, programas e projetos, vinculados à assistência social.

A PNAS está estruturada em dois níveis de proteção: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE), sendo que a última divide-se ainda em Média Complexidade e Alta Complexidade, de acordo com o tipo de atendimento às necessidades sociais experimentadas pelos indivíduos e famílias.

Na PSB o foco do trabalho é a prevenção de situações de risco e vulnerabilidade, através do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e do fortalecimento de potencialidades e aquisições. Também integram a PSB os benefícios que provêm condições mínimas de sobrevivência (como o Bolsa Família, o BPC, cestas básicas e acesso a documentação civil gratuita).

A PSE busca reconstruir os vínculos familiares e comunitários que, por algum motivo, foram rompidos, além de fortalecer potencialidades e aquisições, e a proteção da família e indivíduos para enfrentarem violações de direitos.

1.2 Os Centros de Referência da Assistência Social

A Proteção Social Básica é ofertada em equipamentos intitulados nacionalmente como Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Os CRAS são equipamentos públicos de base municipal que estão previstos na PNAS e neles são executadas e/ou referenciadas as atividades socioassistenciais de prevenção no território. Há ainda a presciência de articulações com a rede socioassistencial local para que a prevenção e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários se concretizem.

Os CRAS são equipamentos que tentam antecipar-se a situações evitáveis, semelhantes aos Centros de Saúde, que executam a atenção primária da saúde, prevenindo que alguns casos tenham um agravamento e cheguem (desnecessariamente)

aos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS). Nos CRAS, por meio do acesso a serviços e direitos sociais (como documentação civil completa) previne-se que ocorram violações, evitando assim, que cheguem a PSE. O CRAS é definido da seguinte forma:

O Cras é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias(Lei nº 12.435/2011)

A implantação destes equipamentos é estabelecida de acordo com a análise territorial feita pelo próprio município, ou seja, a identificação de áreas com grandes vulnerabilidades e riscos sociais, como pobreza extrema, elevados índices de violência social, analfabetismo, e outros. Tais critérios de vulnerabilidade estão contidos na NOB/SUAS⁴.

Dentre os critérios de implantação dos CRAS, além do mapeamento do território, podemos citar também a obrigatoriedade da composição de uma equipe técnica com um número mínimo de profissionais (estabelecido pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos/SUAS - NOB-RH/SUAS), a execução de serviços da PSB, além da necessidade de o município estruturar o equipamento em consonância com seu porte ou tamanho, sendo:

Pequeno Porte I – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas;
Pequeno Porte II – mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas;
Médio Porte – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
Grande Porte – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas
Metrópoles – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas. (NOB/SUAS, 2005)

Outro critério importante é o da composição de um Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) ou caso já exista a sua comprovação.

No município de Belo Horizonte, em Minas Gerais, podemos citar alguns dos CRAS já implantados e seus territórios, como o “CRAS Cruzeirinho” no bairro Alto

⁴ - No ano de 2012 o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), lançou a resolução nº33, de 12 de dezembro que aprova a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS – 2012.

Vera Cruz na regional Leste, o “CRAS Santa Rita” no Morro do Papagaio na regional Centro Sul, o “CRAS Paulo VI” no Conjunto Paulo VI na regional Norte e no bairro Jardim Filadélfia na regional Noroeste o “CRAS Vila Coqueiral”.

De acordo com a NOB-RH SUAS a composição da equipe dos CRAS deve ocorrer com base no porte dos municípios e no número de famílias referenciadas pelo equipamento, ficando da seguinte forma:

Quadro 1 - Composição da Equipe de Referência dos CRAS

CRAS

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metrópole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos nível médio	4 técnicos de nível médio

Fonte: NOB-RH/SUAS, 2006.

Na leitura do quadro podemos observar que os profissionais com formação em Serviço Social e Psicologia têm preferência na composição da equipe técnica. No entanto, ao olharmos a segunda linha da terceira coluna, verifica-se que são citados profissionais que compõem o SUAS e, assim, podemos aludir que a Resolução nº 17 de 20 de junho de 2011 do CNAS, agrega diferentes saberes profissionais na execução do SUAS, sendo antropólogos, economista doméstico, pedagogos, sociólogos, terapeutas ocupacionais e musicoterapeutas.

Em busca de uma padronização nacional dos Serviços da Assistência Social, (mas sem ignorar as especificidades regionais) as atividades ofertadas pelos CRAS estão previstas na *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais* (2009), como Serviços da Proteção Social Básica. A Tipificação estabelece orientações e definições

do que é cada um dos Serviços, sua descrição, seus objetivos, qual público deve abarcar, e até o “trabalho social essencial ao serviço”. As aquisições esperadas e os impactos almejados também são previstos, dando normatização ao trabalho.

Conforme a Tipificação, a PSB oferta os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Nesse trabalho daremos ênfase à PSB, especialmente ao PAIF, uma vez que será analisado o trabalho dos grupos desenvolvidos consonantes a este Serviço.

1.3 O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

O PAIF é um Serviço estatal ofertado no CRAS e a ele referenciam-se e articulam-se todos os demais serviços que são vinculados ao Centro de Referência. De acordo com a Tipificação, esta articulação entre diferentes serviços,

garante o desenvolvimento do trabalho social com as famílias dos usuários desses serviços, permitindo identificar suas necessidades e potencialidades dentro da perspectiva familiar, rompendo com o atendimento segmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social vivenciadas (Tipificação, 2009, p.6).

Deste modo, garante-se uma organização e hierarquização da rede socioassistencial evitando-se sobreposições de ações e retrabalhos desnecessários aos profissionais envolvidos e especialmente aos usuários/beneficiários da Política.

De acordo com a publicação *Orientações Técnicas Sobre o PAIF - Vol.1*, esse Serviço não é novo e foi desenvolvido com base em experiência iniciada no ano de 2001 através de projeto piloto intitulado Núcleo de Apoio à Família (NAF). Os NAFs são precursores dos CRAS projeto que era executado no município de Belo Horizonte.

Como forma de expandir e qualificar essa experiência, em 2003, foi lançado o Plano Nacional de Atendimento Integral à Família – PAIF. Em 2004, o Plano foi aprimorado e adequado às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, instituindo-se o “Programa de Atenção Integral à Família” (*Orientações Técnicas Sobre o PAIF - Vol.1*, 2012, p.8).

Em 2009, com o advento da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais o PAIF passou a se chamar “Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família”, mas a sigla não sofreu alterações desde o início, mantendo sua raiz histórica, ou seja, “a decisão por preservar a sigla PAIF foi motivada pela necessidade em se resguardar a historicidade das ações desse Serviço, já conhecidas e legitimadas por gestores, técnicos e usuários da política de assistência social” (*Orientações Técnicas Sobre o PAIF - Vol.1, 2012, p.9*).

O PAIF tem como premissa o trabalho com famílias⁵, ocorrendo em caráter continuado, e objetiva a prevenção de ruptura e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, além do fortalecimento da função protetiva da família acompanhada por essa política. Outro foco é o acesso a direitos civis básicos e a cultura, que são importantes mecanismos para se obter os resultados almejados.

A equipe de referência⁶ dos CRAS é responsável pela execução do PAIF no território, não podendo ele ser delegado a outras instituições públicas ou mesmo ao terceiro setor, de acordo com o que está expresso nas *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS*:

O trabalho social com famílias do PAIF é desenvolvido pela equipe de referência do CRAS e a gestão territorial pelo coordenador do CRAS, auxiliado pela equipe técnica, sendo, portanto, funções exclusivas do poder público e não de entidades privadas de assistência social. (*Orientações Técnicas, 2009, p.10*)

As atividades, os serviços e os programas ofertados pelos CRAS no território têm grande relevância social, pois, em parceria com a rede socioassistencial local, busca-se alcançar mudanças reais para as famílias ali residentes. Compreende-se por rede socioassistencial o conjunto das instituições públicas ou privadas que ofertam serviços, benefícios e/ou afins para o público atendido nos CRAS. Um exemplo da composição da rede de proteção socioassistencial inclui as escolas do território, os centros de saúde, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e creches, além da participação da PSE (sendo o local de execução o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS).

⁵ - Um dos eixos estruturantes da PNAS é a matricialidade familiar, conforme citada anteriormente dentre as diretrizes da Política.

⁶ Lembrando que, por equipe de referência entende-se a composição descrita no quadro do item 1.2, além do (a) coordenador (a).

No caso da PSE dizemos que entre ela e a PSB existe um fluxo de referência e contrarreferência, ou seja, casos que por algum motivo saem da alçada da Proteção Básica, gerando alguma violação de direitos aos usuários, são referenciados ao CREAS pelo CRAS, e casos em que há uma melhora da situação da família/sujeito que são atendidos pela Proteção Especial, são contrarreferenciados ao CRAS.

A importância da criação e do fortalecimento dessa rede de proteção socioassistencial está no fato de ela auxiliar na oferta de uma vasta gama de serviços que somente o CRAS não é capaz de suprir e, desse modo, são aumentadas as chances de se alcançar os objetivos de prevenção da PSB. O (a) coordenador (a) do CRAS é o (a) responsável por efetuar a criação e a articulação com essa rede e por sua manutenção, através de reuniões periódicas e/outras estratégias.

Segundo está contido nas *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS*:

A articulação da rede de proteção social básica, referenciada ao CRAS, consiste no estabelecimento de contatos, alianças, fluxos de informações e encaminhamentos entre o CRAS e as demais unidades de proteção social básica do território.

Visa promover o acesso dos usuários do PAIF aos demais serviços socioassistenciais de proteção básica e ainda possibilita que a família de usuário(s) de serviço(s) da rede local tenha assegurado seu acompanhamento, pelo PAIF, caso se encontre em situação de vulnerabilidade ou risco social. (Orientações Técnicas, 2009, p.21)

Ainda abordando o trabalho do PAIF, cabe esclarecermos que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas são do mesmo modo referenciados ao CRAS. O primeiro Serviço é executado por ciclos de vida, ou seja, por faixa etária. Ocorrendo através de grupos ou os chamados *coletivos*. As divisões etárias são as seguintes: 0 a 6 anos (criança pequena), de 6 a 15 anos (criança e adolescente), de 15 a 17 anos (jovens) e 60 anos ou mais (idosos).

O Serviço destinado a Pessoa com Deficiência e Idosa no domicílio busca reduzir e/ou evitar que esse público (que é tido como frágil) tenha seus vínculos familiares e sociais rompidos. Através da inserção dessas pessoas nos SCFV, realiza-se atividades voltadas para os familiares, como esclarecimentos, encaminhamentos, “*com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço*”(BRASIL, p.16, 2009)

Ambos os serviços são tidos como de ‘retaguarda’ do PAIF tendo papel fundamental, posto que reforçam a rede da proteção básica do território.

Outra forma de garantir o atendimento integral das famílias acompanhadas pelo PAIF é através da oferta de benefícios sociais. Dentre eles, há os chamados benefícios de transferência de renda⁷, dentre os quais podemos citar o Bolsa Família (BF), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o BPC. Para que as famílias recebam tais benefícios é necessário que cumpram com dadas condicionalidades, como frequência escolar das crianças e acompanhamento médico (das crianças e gestantes). Cabe às equipes de referência dos CRAS o trabalho social com esses beneficiários, incluindo-os nos serviços da PSB.

Existem ainda os benefícios eventuais, que estão previstos desde a LOAS e permanecem após aprovação do SUAS. Eles são prestados provisoriamente “*aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública*” (Lei 12.435, 2011, Art. 22) que demandam tais benefícios.

1.4 A atuação da psicologia junto às famílias do PAIF

As equipes técnicas dos CRAS, em sua maioria, são compostas por assistentes sociais e psicólogos. Mas, em que a Psicologia pode contribuir para o trabalho social com as famílias do PAIF?

Para a política de Assistência Social as famílias do território relacionam-se através de vínculos familiares e comunitários. Do mesmo modo, a relação que é construída entre famílias/indivíduos atendidos nos CRAS e a equipe técnica ocorre por vinculação ou identificação com tais profissionais. Pode-se assemelhar tal relação ao contexto de transferência que existe entre cliente e terapeuta. É claro o fato de que a psicologia não adentra a Assistência Social para o atendimento clínico, no entanto, o olhar e a escuta psicológica são fatores que contribuem para o melhor entendimento e a identificação das demandas apresentadas pela população atendida.

A Psicologia nos CRAS pode valer-se de uma atuação psicossocial ou ainda sócio-histórica, onde irá compreender aquele sujeito formado não apenas por questões

⁷ - Para informações mais detalhadas quanto aos benefícios de transferência de renda, sugere-se a leitura do ‘Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS’ (2009).

intimas ou inconscientes, indo além, através de uma percepção de seu convívio social, seu contexto comunitário, sua história familiar, fazendo com que o próprio sujeito ocupe um lugar ativo em sua vida, empoderando-se e alcançando posturas de autonomia.

Conforme a publicação *Referências Técnicas para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS*,

Uma Psicologia comprometida com a transformação social toma como foco as necessidades, potencialidades, objetivos e experiências dos oprimidos. Nesse sentido, a Psicologia pode oferecer, para a elaboração e execução de políticas públicas de Assistência Social(...) contribuições no sentido de considerar e atuar sobre a dimensão subjetiva dos indivíduos, favorecendo o desenvolvimento da autonomia e cidadania.(CREPOP, 2008, p.22)

Encaminhamentos, coordenação de grupos, atendimentos técnicos, coordenação de equipamentos (como o próprio CRAS), visitas domiciliares, concessão de benefícios e várias outras atribuições, tudo isso é possível de ser executado (e efetivamente ocorre nos CRAS do município de Belo Horizonte) por profissionais com formação em Psicologia.

Acredita-se que se pode aliar o estudo antropológico ao psicológico, visto que, a antropologia tem um de seus estudos baseado no processo de linguagem, a qual veremos no próximo capítulo, é fundamental na construção do processo de identidade. Segundo Gilberto Velho em seu livro: *Individualismo e cultura – Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*- fica claro o papel da linguagem na distinção de grupos sociais, conforme a delimitação de ‘camadas sociais’. O autor relata que a palavra ‘depressão’ tem dado significado para uma camada social de classe média, já para a classe trabalhadora uma palavra que melhor se adequaria tendo o mesmo sentido empregado para depressão seria ‘doença de nervos’, assim,

a expressão *estar deprimido* pode não fazer sentido para certas categorias sociais que têm seus universos simbólicos e representações mais apoiados em outro tipo de linguagem e em outros domínios culturais (VELHO, 2008, p.21)

Desse modo pode-se afirmar que através dessa Psicologia Social enriquecida por outras teorias como a sociologia e a antropologia, pode-se gerar atendimentos mais

completos às famílias do PAIF e dos demais serviços do SUAS. Sem nos esquecer de que o trabalho interdisciplinar (diferentes formações acadêmicas atuando em conjunto) enriquece profundamente a execução das atividades ofertadas nos CRAS, CREAS e outros espaços da Assistência Social.

É importante que as pessoas em geral (usuários e profissionais) compreendam que a Psicologia vai muito além de um ‘divã’, não se limitando a psicoterapia ou ao olhar somente sobre o indivíduo, posto que o (a) psicólogo (a) social reconhece a importância de se considerar o meio no qual o sujeito está inserido, sua história e cultura.

Os órgãos responsáveis pela psicologia no Brasil, como o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) vêm implantando medidas para que essa profissão tenha mais subsídios para desempenhar seu trabalho junto a Política de Assistência Social e seus usuários.

Assim, movidos pela aprovação da PNAS no ano de 2004, NOB/SUAS 2005 e NOB/RH 2006 o CFP juntamente ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), publicou no ano de 2007 documento intitulado: *Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social*. Essa publicação refere-se a critérios éticos e políticos norteadores da prática da psicologia e do serviço social dentro da Assistência Social, abordando as especificidades de cada profissão e a importância da interface entre as duas áreas.

Em julho de 2010 através da revista *Psicologia Ciência e Profissão – Diálogos*, o CFP lançou uma edição inteira com discussões relativas à Política de Assistência Social, percorrendo quanto aos desafios e contribuições do trabalho interdisciplinar, da intersetorialidade, do controle social e do protagonismo dos usuários.

No ano de 2011 o CRP/MG em parceria com o Centro de Referência Técnica de Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) publicou o livro: *A psicologia e o trabalho no CRAS*. Oriundo de grupos focais feitos com psicólogos (as) de Minas Gerais, esse estudo aborda temáticas como acompanhamento familiar, autonomia profissional, mas principalmente o conhecimento da identidade profissional do psicólogo no CRAS e suas dificuldades locais.

Ainda em 2011, durante a VIII Conferência de Assistência Social, que tinha como tema “Consolidar o SUAS e valorizar trabalhadores”, o CFP lançou o livro: *Como*

os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – Informações para Gestoras e Gestores.

Outra medida adotada por tais órgãos é o estímulo a participação dos profissionais em Conferências de Assistência Social, para isso valendo-se de diferentes meios de divulgação como revistas, site e outros, desse modo, fomentando debates e incitando novos olhares sobre a Assistência Social. Além de promoverem audiências públicas buscando ouvir esses profissionais sobre o seu fazer técnico e as mudanças necessárias.

Nesse capítulo procurou-se descrever quais as premissas contidas na PNAS e no SUAS que organizam, orientam e contribuem para a execução da política. Apresentamos brevemente as proteções sociais a serem ofertadas pela assistência social, enfatizando a Proteção Social Básica, suas divisões e seu principal serviço, o PAIF. Falamos sobre o trabalho com famílias preconizado pela Tipificação Nacional, quanto aos serviços de retaguarda, a composição da rede socioassistencial e encerramos esclarecendo qual o papel do profissional da Psicologia na Proteção Social.

CAPÍTULO 2 – GRUPOS SOCIAIS E SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO

Nesse capítulo falaremos sobre a noção de Psicologia Social, o papel da linguagem e da identidade para a inserção do indivíduo em um grupo social, a construção de grupos e fatores que influenciam a permanência/adesão das pessoas em um grupo.

2.1 Breve história da Psicologia e Psicologia Social

A profissão de psicólogo foi regulamentada no Brasil em 1962, apenas dois anos antes do golpe militar. Na época há diversas críticas quanto a posição dos profissionais da área sobre quais rumos a Psicologia poderia ou deveria tomar. Fala-se de uma atuação elitizada voltada para as classes abastadas muito em função da atuação de profissionais liberais que atendiam em seus consultórios com a psicoterapia.

Contando com poucas instituições acadêmicas, um pequeno número de profissionais e ‘nascendo’ em meio a uma ditadura, Yamamoto (2006) acredita que não era apenas o regime da época quem impedia maiores debates sobre o fazer psi e sim a incipiência da própria profissão.

Pouco mais de uma década após esse nascimento, em meados de 1970, a psicologia (e a academia em geral) se politiza, em função do enfraquecimento do poder militar e do surgimento dos Conselhos Regionais e Federal, o que fortaleceu a participação política da categoria e fez com ela ganhasse força (YAMAMOTO, 2006).

A Psicologia Social na América Latina criou uma identidade própria nos anos de 1970, deixando de lado o modelo tradicional de Psicologia Social (fortemente marcado pela individualidade e por aplicar conhecimento sem práxis), ganhando assim uma característica de luta comunitária. Através da Psicologia Social Comunitária buscou-se reduzir tamanhas desigualdades sociais que alarmavam os países Sul Americanos. Segundo Álvaro e Garrido (2006) a intenção dessa psicologia comunitária não é apenas de aplicar conhecimento para análise do problema, mas utilizar a intervenção psicossociológica para uma mudança social, compreende-se então que o foco era criar cidadãos ativos e conscientes de sua participação social.

Os mesmos autores citam a importância de trabalhos como de Paulo Freire (no Brasil) para que esse novo fazer social fosse colocado em prática, contando com a

participação da própria população. Paulo Freire dizia da necessidade de aliarmos a prática com a teoria,

Para mim, que me situo entre os que não aceitam a separação impossível entre prática e teoria, toda prática educativa implica numa teoria educativa. (FREIRE, 1976, p.17)

Diante dessa visão ele incentivava a aplicação social do conhecimento existente, contando com a participação dos cidadãos envolvidos de modo ativo, ao serem estimulados a ‘atuarem’ em seu desenvolvimento social. Ainda na referida publicação, porém em um texto escrito anos antes (1968) Freire fala-nos sobre a alfabetização de adultos e esclarece-nos que através da ação de pensar criticamente o seu próprio mundo, esses sujeitos passam a atuar socialmente de forma mais segura.

Daí em diante a psicologia toma novos rumos, com um aumento no número de profissionais, mais discussões e estudos sobre a sociedade e a política, o papel da psicologia nesse meio, além de os próprios profissionais passarem a questionar as limitações de se permanecer empregando o modelo do indivíduo (modelo importado de países como Estados Unidos) como parâmetro para compreensão do homem.

As mudanças sociais e políticas no Brasil da década de 1980, contaram com o apoio e a participação da psicologia. Assim, expressões como inclusão, igualdade e cidadania passaram a incorporar os conhecimentos e a prática dos psicólogos (SCAPARO & GUARESCHI, 2007).

O Sistema Único de Saúde e sua aprovação junto a constituição de 1988, integra mais um passo da psicologia rumo a seu compromisso social. Diferentes profissionais da saúde uniram-se para lutarem a favor da reforma psiquiátrica e a psicologia estava presente inserindo-se junto aos debates, criação e implantação dessa política pública.

Com a aprovação do SUAS não foi diferente, tendo um expressivo número de psicólogos dentre seus profissionais, o SUAS também ganhou força dentro das militâncias políticas e sociais com a psicologia.

A Psicologia Social sendo uma área da Psicologia busca compreender o sujeito e seu comportamento de acordo com as influências que vivencia no meio o qual está inserido, ela

estuda a relação essencial entre o indivíduo e a sociedade, esta entendida historicamente, desde como seus membros se organizam para garantir sua sobrevivência até seus costumes, valores e

instituições necessários para a continuidade da sociedade. (LANE, 1994, p.10)

Atualmente um dos fatores motrizes da Psicologia Social é como o homem se insere em seu contexto histórico e como pode modificar a sociedade na qual vive. A busca tem sido por compreender como pode se tornar atuante, autônomo e reescrever esse corpo social.

Ela pode ser vista como Psicologia Social Sociológica⁸ ou Psicologia Social Psicológica. Alguns autores creditam a Comte no século XIX a criação da Psicologia Social tendo como base a visão sociológica, sendo assim uma ciência concreta e um subproduto da Sociologia e da Moral (LANE, 1994).

Em meio a essa discussão podemos citar Stralen (2005) que em seu artigo *Psicologia Social: uma especialidade da Psicologia?* suscita questões quanto à decisão do CFP ao reconhecer a Psicologia Social como uma especialidade da Psicologia. O autor esclarece que a Psicologia Social é uma junção entre Psicologia e Sociologia e está além da própria Psicologia não dependendo da regulação do Conselho.

Apesar disso, diz que a ação é legítima, já que era uma demanda já a muito apresentada pelos profissionais da área que estavam inseridos nesse campo de trabalho. Relata ainda que há uma tendência a considerar a Psicologia Social um ramo da Psicologia, sendo uma das justificativas “a retração de abordagens estruturalistas nas ciências sociais e a crescente preocupação, por parte de sociólogos, cientistas políticos e outros cientistas sociais, com a dimensão subjetiva de fenômenos sociais e políticos”.(p.94)

Desse modo Silvia Lane (1984) afirma que toda psicologia é social, sem com isso

reduzir as áreas específicas da Psicologia à Psicologia Social, mas sim cada uma assumir dentro da sua especificidade a natureza histórico-social do ser humano (...) é a clareza de que não pode conhecer qualquer comportamento humano isolando-o ou fragmentando-o, como se este existisse em si e por si. (LANE, 1984, p. 19)

2.2 Linguagem e identidade como fatores de inserção social

Antes mesmo de nascer a criança já ganha um status, uma identificação, ainda no ventre materno já se sabe que ‘será filho’, onde irá residir, a quem deverá obediência, cria-se uma série de projeções para o bebê. Com o passar dos anos outras identificações

⁸ Para maiores informações sugere-se a leitura de CROCHIK, José Leon. *T. W. Adorno e a Psicologia Social*, Revista Psicologia & Sociedade, nº20 (2), 297-305, 2008.

sociais vão se integrando a esse indivíduo, sua profissão (ou seu desemprego), a constituição ou não de uma família, sua crença religiosa ou o ateísmo, sua orientação sexual. Todos esses são elementos que contribuem para a formação de uma identidade, de um homem inserido em um meio social.

Antônio da Costa Ciampa ao falar sobre a construção de nossa identidade diz que “o conhecimento de si é dado pelo conhecimento recíproco dos indivíduos identificados através de um determinado grupo social que existe objetivamente, com sua história, suas tradições, suas normas, seus interesses, etc.” (CIAMPA, 1984, p.64).

O conceito de identidade é compreendido por CIAMPA (2007) como uma ‘metamorfose’, não sendo algo estanque, e sim um movimento constante de ‘estar sendo’, através de uma ocupação (temporária) de papéis sociais (pai, filho, doente, médico, etc). Em sua tese de doutorado intitulada: *A Estória do Severino e a História da Severina*, o autor Carlos Ciampa nos revela esse conceito de metamorfose, que se encontra intimamente ligado ao tempo vivido (passado, presente e futuro), as condições sociais, históricas, materiais e ao próprio indivíduo.

Ele alerta-nos quanto ao conceito de identidade ser algo concreto (factível) e não apenas abstrato (teórico), saindo assim do campo das ideias e adentrando a vida social,

A identidade é concreta; a identidade é o movimento de concretização de si, que se dá, necessariamente, porque é o desenvolvimento do concreto e, contingencialmente, porque é a síntese de múltiplas e distintas determinações. (CIAMPA, 2007, p.199)

O homem se faz e é feito pelas ‘múltiplas e distintas determinações’ que incluem todo o contexto histórico, social, econômico e cultural que o circunda.

A partir dessa noção podemos afirmar que nossos ambientes social e familiar influem diretamente na formação de quem somos e nos tornamos. É sabido que esses não são os únicos determinantes e que ainda temos a possibilidade de fazer escolhas, mas fato é que há uma espécie de autoridade do meio sobre nós.

Como então podemos nos tornar ‘senhores’ de nossa história? Ciampa acredita que através da *práxis* alcançaremos tal objetivo. Devemos tomar posturas ativas e nos empenharmos na escrita de nossa vida, de nos “engajar em projetos de coexistência humana que possibilitem um sentido da história como realização de um porvir a ser feito com os outros” (CIAMPA, 1984, p.73), ocorrendo desse modo uma real mudança

em nossos projetos de existência, deixamos então de ser determinados e nos tornamos determinantes, assim o verdadeiro sujeito humano vem a existência (CIAMPA, 1984).

Esse homem ativo e que se apropria de sua história é um dos objetivos de trabalho da psicologia social, sendo fundamental sua atuação através de diferentes fatores como a

valorização da experiência subjetiva do sujeito contribui para fazê-lo reconhecer sua identidade. Operar no campo simbólico da expressividade e da interpretação com vistas ao fortalecimento pessoal pode propiciar o desenvolvimento das condições subjetivas de inserção social (CRP / CEFESS, 2007, p.23)

Durante todo esse percurso de construção e reconstrução de nossa identidade, passamos pelo processo de linguagem.

Nos primórdios da humanidade a linguagem foi criada (construída) para auxiliar a sobrevivência da espécie. Tornando-se um recurso de concórdias ou discórdias, produzindo as guerras e o holocausto, manipulando massas, ou trazendo a reflexão sobre nosso papel no mundo, nossos direitos e deveres e promovendo a paz.

A linguagem é um intrincado de elementos que vão além da fala, da verbalização. Bastando para isso nos lembrarmos da comunicação entre deficientes auditivos, como a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Ela se compõe pelas expressões regionais, gírias, olhar de afirmação ou discordância e também pela expressão corporal⁹.

Assim como a identidade, ela é um elemento de troca e interação social, com a qual podemos nos comunicar como outro a quem é destinada a nossa 'fala', através dela estabelecemos ou rompemos vínculos.

Lane (1984) diz que,

seja Skinner, Piaget, Vygotski, Malrieu ou Leontiev, todos são concordes em afirmar que a função primária da linguagem é a comunicação e o intercâmbio social, através da qual a criança representa o mundo que a cerca e que influenciará seu pensamento e suas ações no seu processo de desenvolvimento e hominização. (LANE, 1984, p.33)

⁹ Para mais informações sugere-se a leitura de WEIL, Pierre e TOMPAKOW, Roland. *O corpo fala* Editora Vozes, 1980.

Desse modo, aos poucos o indivíduo apropria-se de seu idioma materno e durante sua construção social (sua identidade) vai adaptando-o conforme os valores e crenças estabelecidos por ele nesse momento.

Para Costa & Cohen (2013) a linguagem é a forma que o indivíduo tem de socialização uns com os outros numa sociedade, e assim como a língua, é um elemento considerado abstrato e complexo. (p.591)

A linguagem é uma forma de mediação entre o meu mundo e mundo externo, a expressão social através da linguagem deflagra culturas, diferenças econômicas e várias outras entre as pessoas que se inserem em diferentes grupos sociais.

Nela estão contidas nossas crenças e valores que foram construídos junto a nosso núcleo familiar, comunidade e Estado, com diferentes percepções quanto ao mundo: judeus e alemães, índios e brancos, Orientais e Ocidentais, Acadêmicos e Analfabetos. Através dela nos colocamos no mundo. Dentro da análise existencialista podemos dizer que é um instrumento de Dasein¹⁰

Vemos então que tanto identidade quanto linguagem dizem de como o homem insere-se no mundo. Esses elementos de formação da personalidade são essenciais para compreendermos o modo com o qual os participantes de um grupo (artificial ou não) se relacionam entre si, suas visões de mundo e percepções do outro e de si mesmos.

2.3 Formações de grupos e sentimento de pertencimento

Os grupos podem ser entendidos sob diferentes variáveis e conforme estudos teóricos diversos. Podem ser compreendidos através do olhar sobre a multidão (massas) ou de pequenos grupos (psicologia social), há grupos tidos como naturais (família, comunidade, escola) e grupos artificiais que são criados com finalidade específica (como as oficinas e os grupos de convivência).

Conforme Pichon-Rivière citado por Baremlitt, grupos são

Todo conjunto de pessoas ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, e articuladas por mútua representação interna, que se propõe explícita ou implicitamente uma tarefa que constitui sua finalidade. Podemos dizer então que estrutura, função, coesão e finalidade, juntamente com o número determinado de integrantes, configuram a

¹⁰ Dasein – é um termo alemão que significa ‘Ser-aí’. O filósofo Martin Heidegger reformulou a expressão empregando-a como ‘ser-no-mundo’, fala de uma relação de coexistências entre pessoas, de troca social.

situação grupal que tem seu modelo natural no grupo familiar.
(PICHON-RIVIÈRE, Apud, BAREMBLITT, 1982, p. 184)

Já é sabido que os grupos têm influência sobre os indivíduos. Para alguns estudiosos perde-se sua individualidade e sua crítica ao adentrar grandes grupos, passando por processos de imitação, hipnose, sugestão e outros.

Durante as manifestações na Copa das Confederações do Brasil (2013) que foram divulgadas maciçamente pela mídia, pudemos acompanhar o movimento de diversos grupos sociais com reivindicações (correlatas ou não) e que através desses grupos (ou massa, multidão) muitas pessoas assumiram as posturas coletivas permitidas ao grupo, como de sair à rua, hasteando bandeiras e requerendo seus direitos.

Para Aluísio Ferreira de Lima, “temida por sua força e por sua capacidade de questionar a idéia de identidade nacional, as massas tornaram-se desde o princípio objeto de temor, rapidamente descrito, como tudo àquilo que escapa ao “padrão” social, como patologia social”. (LIMA, 2008, p.6 e7)

Klineberg ao falar de LeBon diz que ele defendia três fatores predisponentes ao comportamento das multidões, sendo

Primeiro, há o sentimento de poder invencível, tornando a multidão mais primitiva e menos sujeita ao controle da consciência ou do medo de castigo; segundo, o fato do contágio ou imitação, e terceiro, ligado a isso, aumento da sugestibilidade (KLINEBERG, 1963, p.466)

Sobre a teoria defendida por LeBon, tanto Freud (1921) quanto Kurt Lewin negavam essa idéia. Freud em seu texto *psicologia de grupo e análise do ego* ressaltava que, o que mantinha os indivíduos em um grupo era a identificação¹¹ desses com o que eles de fato desejavam ser (ideal do ego), ele afirma que os laços existentes entre membros de um grupo têm relação com o laço desenvolvido entre esses e o líder.

Lima (2008) afirma que diferente dos teóricos que focavam as massas, Lewin nos anos de 1940, propunha que fizessem pesquisas com pequenos grupos e que neles fosse observada qual a influência da vida individual dos membros sobre o grupo. Conforme a teoria de grupos de Pichon-Rivière os membros que compõem um grupo

¹¹ O capítulo VII de seu texto fala exatamente sobre identificação. FREUD, Sigmund, 1921.

exercem papéis entre si, não sendo esses estanques, podemos citar os principais papéis, quais sejam, bode expiatório, líder, porta voz e sabotador.

Ao ‘bode expiatório’ destina-se o que é ruim no grupo, tendo ou não ele participação nisso, esse papel se assemelha aos dos membros familiares que carregam o estigma de “ovelha negra”, ou se imaginarmos um ambiente de trabalho podemos nos reportar a figura do estagiário que ganhou uma conotação popular no Brasil de alguém que ‘só faz errado’.

O líder, para Pichon-Rivière, é fundamental para as características do grupo e ele pode seguir alguns modelos clássicos: autocrático, democrático, *laissez-faire* ou demagógico.

O autocrático é diretivo e rígido, o democrático como indica o próprio nome estimula a troca entre liderança e liderados, o *laissez-faire* delega ao grupo sua própria organização e acaba assumindo parcialmente a análise e orientação do grupo (SAIDON, 1982) e o demagogo apresenta “a impostura; é impostor na medida em que, com uma estrutura autocrática mostra uma aparência democrática, caindo às vezes em situações de *laissez-faire*” (SAIDON, 1982, p.191). O porta voz carrega a ansiedade do grupo e assim expressa-a de diferentes maneiras. E o sabotador que pode ser visto como aquele sujeito contrário as propostas do grupo, Pichon-Rivière considera esse papel universal e que deve ser observado, visto que, conduz a segregação no interior do grupo. Sobre esse aspecto Osvaldo Saidon afirma que

a segregação é o fantasma que ameaça constantemente o grupo e é uma tentativa fracassada de redistribuição da ansiedade, o que implica em dificuldades para enfrentar situações de mudanças (SAIDON, 1982, p.191).

Podemos inferir que os papéis dentro dos grupos não são fixos. Percebe-se também que tais papéis são depositários dos desejos de seus integrantes e podem servir de justificativa para uma implicação ou não do grupo em dada tarefa. Por exemplo, uma família que utiliza o filho drogadito, ou outro familiar com transtorno mental como justificativa para ‘todos os problema da casa’, essa é uma prática recorrente e que faz com os demais componentes desse grupo sintam-se aliviados por não serem responsáveis pelos problemas familiares e nem terem que assumir funções quanto as necessárias mudanças do ambiente e seus membros.

Os grupos são espaços nos quais as pessoas deveriam expressar suas características e opiniões, interagir com outras percepções de mundo, exercitar suas falas e raciocínio. Através deles há uma troca, uma interação entre seus integrantes. Quando dizemos que ‘deveria’ ser um espaço de expressão, nos remetemos a limitação de alguns grupos em propiciar esse espaço e ainda do próprio indivíduo em se colocar diante do grupo. Diversos fatores influenciam nesse aspecto, como timidez, medo de julgamento (possivelmente por resquícios de vivências negativas em seu grupo natural – família, amigos).

Dentro dos grupos as pessoas reformulam opiniões, retirando ou acrescentando conceitos de seu vocabulário verbal e relacional. Podem espelhar-se em demais integrantes, como ocorre frequentemente entre os membros do grupo e seu líder. Para Lane (1994) a história do grupo no qual o indivíduo encontra-se inserido dirá o que reforçará ou não seu comportamento, desse modo afirma que dificilmente encontraremos comportamentos que não são determinados socialmente.

Então o que podemos dizer quanto ao sentimento de pertencimento a um grupo social? Quando dizemos de linguagem e identidade, estamos nos referindo a elementos de construção do homem no ambiente social o qual se encontra inserido. Junto a ambos conceitos podemos acrescentar o de identidade social.

Henri Tajfel (1981) criou uma teoria para falar sobre a noção de identidade social (TIS – Teoria da Identidade Social) e acredita que nela está contida a **pertença**, conforme o autor a TIS é

a parcela do autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença (TAJFEL Apud TUZZO e BRAGA, 2010, p.209)

Para esse autor o sentimento de pertencer a dado grupo social (identidade social) pode explicar a predileção de um grupo em detrimento de outros, o que geraria a exclusão social entre grupos. Ele fala do grupo interno (exógrupo) e do grupo externo (endógrupo), havendo uma supervalorização do grupo de referência do sujeito em contrapartida aos demais, ainda que não exista um conflito real entre os grupos, “a pessoa favorece o seu e discrimina outros grupos, porque com isso sua identidade se vê reforçada” (ÁLVARO e GARRIDO, 2006, p.281).

Por não ser o foco desse trabalho a questão da exclusão entre grupos sociais, não aprofundaremos aqui na teoria de Tajfel¹², no entanto, interessa-nos observar que esse autor afirma que a pertença está contida na identidade social. Desse modo, para que o sujeito assuma dada identidade social (que se relaciona com a construção de sua personalidade) em um grupo, deve sentir-se pertencente a esse meio.

Assim, parece-nos que o sentimento de pertencimento tem relação estreita com sentir-se inserido, acolhido, integrado a dado grupo social, e a partir daí surge a identificação com o meio. Essa visão nos leva a crer que esses fatores podem ter sido favoráveis para a adesão das participantes do grupo de convivência que será analisado no próximo capítulo.

Nesse capítulo fizemos um esboço da história da psicologia e psicologia social no Brasil, apresentamos os conceitos de identidade e linguagem e sua relação com a constituição da personalidade do indivíduo e abordamos grupos e algumas variações, papéis grupais e o que vem a ser pertença.

No próximo capítulo trataremos sobre um Serviço específico do CRAS dentro do PAIF e que ocorre de modo coletivo – o Grupo de Convivência.

¹² Para mais informações quanto ao trabalho desenvolvido pelo autor, sugeri-se a leitura de ÁLVARO e GARRIDO, 2006, p. 271-286

CAPÍTULO 3 -O GRUPO DE CONVIVÊNCIA DO CRAS VILA COQUEIRAL

No presente capítulo serão apresentados alguns dos resultados do estudo de caso de um grupo de convivência de Belo Horizonte, bem como informações sobre o CRAS que abriga esse grupo e o território no qual está inserido o equipamento. Também será apresentada a metodologia de trabalho utilizada pelo município em questão com os grupos de convivência dos CRAS.

3.1 O território referenciado no CRAS Vila Coqueiral

Belo Horizonte é uma cidade que foi projetada antes de sua fundação, que ocorreu em 1897. À época da sua criação não se imaginou a dimensão populacional que chegaríamos hoje. Fenômenos como o êxodo rural, aumento na taxa de nascimentos e a favelização fizeram com que a cidade crescesse ‘fora do planejado’. Os bairros pertencentes ao território do CRAS Vila Coqueiral encontram-se afastados do planejamento existente na criação do município, uma vez que tal projeto urbano limitou-se a Avenida do Contorno e o que estivesse inserido ‘dentro’ dela e que, hoje, delimita apenas a área central do município.

Segundo a publicação *História de bairros de Belo Horizonte – Regional Noroeste*, os bairros que pertencem ao território do CRAS Vila Coqueiral “*na época da implantação da cidade, possuía(m) uma ocupação tipicamente rural*” (BELO HORIZONTE, 2008). Assim, tal região só veio a passar pelo processo de urbanização recentemente.

Dentre outras curiosidades, está a do nome que hoje identifica o CRAS Vila Coqueiral. O bairro Pindorama era conhecido como ‘Coqueiral’ ou ‘Vila da Paz’, apesar de não ser mais empregado esse nome, mas por questões administrativas municipais manteve-se para o registro do equipamento. A urbanização do Pindorama teve sua proposta aprovada na década de 1990. Os bairros Jardim Filadélfia e Pindorama compõem, em sua integralidade, o território do CRAS, juntamente a algumas ruas pertencentes a bairros vizinhos. Eles estão localizados na regional Noroeste (NO) uma dentre as nove regionais da capital. Uma opção ao deslocamento ao Centro de Belo Horizonte, para os habitantes da região, é o uso do centro comercial local para compras

ou mesmo para utilização de sistemas bancários, reduzindo assim a dependência com a área central da capital mineira.

Retornando ao território do CRAS Vila Coqueiral, podemos citar pontos de referência para a população local e para moradores de outros bairros, como a Avenida Guararapes, que perpassa diferentes bairros tendo uma de suas extremidades no bairro Pindorama. Há ainda o antigo aterro sanitário da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) que foi inaugurado em 1975 e, após esgotar sua capacidade de armazenamento de lixo, foi desativado no ano de 2007. Ele encontra-se entre os bairros Jardim Filadélfia e Califórnia. Atualmente o aterro recebe o nome de “Central de Tratamento de Resíduos Sólidos”, sendo, utilizado como referência para o cuidado ambiental de resíduos sólidos (recicláveis).

Em função de o Jardim Filadélfia encontrar-se às margens da rodovia BR 040, há um grande número de motéis na região, o que gera muitos empregos (especialmente para mulheres, como camareiras ou em lavanderias), há um expressivo número de travestis e a região acaba por abrigar diversos viajantes que ali pernoitam. Também à margem da BR está o Centro de Apoio do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), onde estão armazenadas urnas eletrônicas, que ficam guardadas nos interstícios dos períodos eleitorais.

Uma característica importante do território, e que influencia diretamente no trabalho executado pela equipe do CRAS, é o fato de se tratar de uma zona limítrofe, ou seja, a região está na divisa entre dois municípios, sendo eles Belo horizonte e Contagem. Além disso, há uma vila localizada em Contagem e que não é reconhecida pelo Poder Público, aumentando a situação de pobreza e vulnerabilidade de seus habitantes. Assim, os técnicos do CRAS Vila Coqueiral têm que lidar com famílias que, em função desse não reconhecimento e por não haver políticas públicas que lhes atendam, acabam fornecendo informações falsas sobre seus endereços residenciais na ânsia de conseguirem alcançar seus direitos sociais através do equipamento. Com esse fato o território mapeado oficialmente acaba sendo menor do que o que é realmente atendido.

3.2 CRAS Vila Coqueiral

O CRAS Vila Coqueiral¹³ foi implantando no segundo semestre de 2009, atendendo aos bairros Jardim Filadélfia, Pindorama e uma pequena parte do Nossa Senhora da Glória e Coqueiros. O equipamento, localizado na entrada da Vila da Paz, conforme dito está próximo a BR 040, em uma zona limítrofe entre os municípios de Belo Horizonte e Contagem.

Segundo o IBGE, no Censo de 2000¹⁴ o público mapeado dentro do território do CRAS Vila Coqueiral abrangia aproximadamente 3.500 famílias, apesar do número de famílias referenciadas em metrópoles ser de 5.000¹⁵. Isso se justifica, pois

em função de fatores geográficos ou sociais, pode existir um número de atendimentos e famílias referenciadas diferente dos padrões. Para isso, destaca-se que é adotado como parâmetro de dimensionamento da capacidade de atendimento do CRAS o número de famílias em vulnerabilidade e risco social (BRASIL, p.16, 2013)

Dentre os parceiros locais que compõem a rede de atendimento às famílias, o equipamento conta com a presença do Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente (CIAME Pindorama), um espaço que executa atividades de socialização (SCFV) para crianças de 06 a 15 anos. Os CIAMEs eram de responsabilidade estadual e no ano de 2009 foram municipalizados, ficando sob a gestão de Belo Horizonte¹⁶. São referenciados aos CRAS da região onde estão localizados e executam serviços de retaguarda do PAIF.

O CIAME oferta outras atividades para a comunidade local, como cursos profissionalizantes, informática básica através do Telecentro (serviço público municipal de inclusão digital), colônia de férias e outros. Tem importante papel junto à comunidade e auxilia ao CRAS no trabalho da Proteção Social Básica.

¹³-O município de Aracaju no estado de Sergipe apresenta equipamento homônimo ao de Belo Horizonte Minas Gerais – Cras Coqueiral.

¹⁴- Em Belo Horizonte a Gerência de Informação, Monitoramento e Avaliação (GEIMA) é responsável pelo georreferenciamento dos territórios. No Censo 2010 ocorreu uma mudança nos setores censitários e não há até o momento novo mapeamento quanto ao número de famílias atendidas por esse CRAS, em função disso nos baseamos no censo 2000.

¹⁵- Chamamos atenção ainda para a discussão feita quanto ao número real de famílias (atendimentos) acabar sendo maior do que o mapeado.

¹⁶- Belo Horizonte conta atualmente com 2 CIAMES em atividade, CIAME Flamengo no bairro Alto Vera Cruz e CIAME Pindorama. Para maiores informações sugere-se o acesso de <http://telecentrosbhcidadania.wordpress.com/telecentros/reg-noroeste/ciame-pindorama/>.

A equipe técnica do CRAS Coqueiral, desde sua implantação até o momento deste estudo, passou por diversas mudanças em sua composição. Em 2009 era de 2 Assistentes Sociais e 1 Psicóloga, e a coordenação executada por profissional com formação em Psicologia. Já no ano de 2010 a equipe foi reorganizada, ficando com 5 profissionais, 2 Assistentes Sociais concursados do município e 2 Assistentes Sociais e 1 Psicólogo contratados por uma Instituição que presta serviços à Prefeitura.

No ano de 2012 ocorreu o concurso público para provimento de vagas na Assistência Social no município de Belo Horizonte, o que ocasionou a substituição dos profissionais contratados por aqueles concursados. O município intitulou a função executada pelos técnicos da Assistência Social de “*Analista de Políticas Públicas*”. A atual composição da equipe do CRAS Coqueiral é de 2 Assistentes Sociais e 2 Psicólogas, e a coordenação é efetuada por uma Assistente Social que compunha anteriormente a equipe técnica.

Até meados de 2013 as atividades realizadas com as famílias, nos CRAS de Belo Horizonte, eram planejadas e executadas pela equipe técnica, conforme a “*Metodologia de trabalho com famílias e comunidades nos núcleos de apoio à família – NAF, Centro de Referência da Assistência Social – CRAS*”¹⁷. Já no segundo semestre de 2013, as equipes dos territórios receberam novas orientações quanto à referência básica para a execução e elaboração de grupos e oficinas, adotando as orientações contidas nos “*Cadernos PAIF 1 e 2*”, publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). No presente trabalho utilizaremos as orientações de ambas às publicações como referência. No entanto, em função do período pesquisado, ao nos referirmos à Oficina de Convivência, a metodologia de trabalho empregada baseou-se na primeira publicação.

O foco no trabalho social com famílias está expresso na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) ao retomar a importância do princípio de matricialidade sociofamiliar para a Assistência Social, sendo a família entendida como o ponto fundamental da sociedade, o núcleo básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social (BRASIL, 2005).

Ao pensar as famílias deve-se ter em mente sua integralidade, que abrange situações que influenciam diretamente sua dinâmica, estrutura e organização. Dentre

¹⁷- Essa metodologia foi publicada pela prefeitura municipal de Belo Horizonte no ano de 2007, e elaborada por profissionais da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS), com a colaboração de consultores.

elas podemos citar questões socioeconômicas, a necessidade/possibilidade de inclusão em políticas urbanas de habitação (Bolsa Moradia, Vila Viva), o contexto familiar que pode abranger situações cronificantes que são perpetuadas por gerações (analfabetismo, mortalidade infantil etc.), a cultura familiar e territorial, as diversas formas de composição dos vínculos familiares e comunitários, as relações de gênero, dentre outros fatores.

Ainda na PNAS, a família é definida como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e gênero (BRASIL, 2005). No primeiro capítulo esboçamos a terminologia “vínculo”, que é empregada na Assistência Social para dizer das formas com as quais as famílias e comunidades se relacionam, podendo haver vínculos fortalecidos, fragilizados, reestabelecidos ou rompidos, de acordo com a complexidade e vivência de cada núcleo familiar.

Na proposta de trabalho apresentada pelo PAIF, um dos focos da Proteção Social Básica é o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários a serem alcançados por meio do acompanhamento sociofamiliar e das atividades grupais ofertadas nos CRAS. Segundo a Metodologia utilizada em Belo Horizonte, as ações de acompanhamento às famílias nos territórios de abrangência dos CRAS, têm como foco *“uma abordagem psicossocial com ações que visam informar, formar e transformar as suas representações e práticas na referência dos direitos de cidadania”* (BELO HORIZONTE, 2007, p.17).

Para concretizar o fortalecimento dos vínculos, faz-se necessária a integração de dois eixos: o primeiro é o *assistencial*, que se refere ao apoio à família e seus membros através da rede socioassistencial e acesso a serviços básicos (como concessão de benefícios) e o segundo é o *socioeducativo*, que compreende as famílias como sujeitos integrais compostos por histórias, projetos e o socioculturalismo e que se materializa por meio de algumas ações, por exemplo, com grupos que permitem o diálogo entre diferentes pessoas e reflexões diante de temas pertinentes ao público local.

Dentre as ações que intentam a inclusão social das famílias, sua autonomia e protagonismo podem-se citar as atividades coletivas, que na capital mineira estão previstas como *atividades grupais* e *atividades comunitárias*. As primeiras são compostas por Grupos Socioeducativos (GSE), Oficinas de Convivência, Oficinas de Reflexão, Grupos Multifamílias e Grupos de Mobilização Comunitária. As segundas

atividades prevêem Reuniões comunitárias, Eventos, Redes Sociais e Palestras. Em geral as atividades grupais apresentam entre si diferenças metodológicas quanto ao número de participantes, número de encontros, sua finalidade e tempo de duração.

Podemos dizer, então, que as atividades comunitárias são mais pontuais, ocorrendo com menor periodicidade, e as atividades grupais são continuadas, recorrentes, ainda que não sejam realizadas diariamente, mas com intervalos regulares (semanalmente, por exemplo).

Como analisaremos o trabalho desenvolvido em uma Oficina de Convivência, iremos nos ater à sua proposta técnica. A metodologia sugere que essa oficina deve *“desenvolver a socialibilidade dos participantes, criar situações onde se possa experimentar a construção, o respeito e a transformação de regras (...), estimular a cooperação e experimentar formas de resolução de conflitos de forma ética”* (BELO HORIZONTE, 2007). Propõe-se, ainda, que se associe uma atividade prática “declaradamente” aos encontros, como elemento de agregação, desenvolvimento e mobilização do grupo, por exemplo, utilizando a técnica da construção de uma *colcha de retalhos* (BELO HORIZONTE, 2007), sem que essa técnica se sobreponha à proposta primeira do grupo: convivência e sociabilidade.

Quanto ao formato e à composição do grupo, o público participante pode ser formado pela referência familiar¹⁸ ou qualquer outro membro da família, dependendo da avaliação técnica e do responsável familiar. É sugerido que a periodicidade seja semanal ou quinzenal, podendo ser um grupo aberto (aceita a inclusão de novos membros), tolerando-se até três faltas seguidas sem justificativa e que tenha no máximo 30 integrantes.

A relação entre a coordenação do grupo e os integrantes deve ser de troca de informações, já que todos os membros devem contribuir para a elaboração das regras e as atividades devem ser pensadas conforme demandas surgidas no próprio grupo, não invalidando sugestões da equipe técnica do CRAS quanto às atividades e temáticas. É proposto também que a coordenação ocorra de forma multidisciplinar, abarcando diferentes saberes profissionais.

¹⁸- Compreende-se como Referência Familiar aquele membro que é “o” ou “um dos” responsáveis pelo núcleo familiar e muitas vezes é ele (a) quem faz o cadastro da família junto ao equipamento público, assim, quando necessário o contato com esse núcleo tem-se como referência essa pessoa (não somente, mas principalmente).

3.3 A Oficina de Convivência “Valorizando a Mulher que Sou”

A Oficina de Convivência do CRAS Coqueiral que leva o nome “*Valorizando a Mulher que Sou*” iniciou-se no segundo semestre de 2011. Ela é remanescente de uma Oficina de Reflexão que ocorreu no mesmo ano, nos meses de abril a junho, a qual propunha a discussão de questões familiares e foi intitulada “*A Família Nossa de Cada Dia*”.

Oficinas de Reflexão, segundo a metodologia, ocorrem semanal ou quinzenalmente, tendo um número máximo de 15 participantes, com um formato fechado (não aceitando novos membros), e as temáticas podem ser sugeridas no decorrer dos encontros pelos integrantes, uma vez que eles devem assumir um papel ativo e autônomo no grupo.

Nos encontros de reflexão estavam presentes adultos, idosos, crianças e jovens que pertenciam às famílias mobilizadas. Por se tratar de uma oficina com temas voltados para a família, estabeleceu-se a possibilidade de que os menores de idade compusessem o grupo, não apenas em termos de presença, mas inclusive dando ideias e levantando questões.

Ao aproximar-se do término dos encontros, o grupo trouxe uma demanda que estava relacionada com a sua continuidade. Observou-se nesse desejo a possibilidade de trabalhar-se com esse público em uma *Oficina de Convivência* já que esta teria maior maleabilidade conforme a metodologia ali empregada. Assim, foi proposta para o Plano de Ação¹⁹ do segundo semestre de 2011 a implementação da primeira Oficina de Convivência do CRAS Coqueiral. Foram mobilizadas aproximadamente 50 mulheres residentes no território e também convidadas a participar aquelas já frequentes ao grupo anterior.

Para a mobilização fez-se o seguinte recorte: mulheres residentes no território, preferencialmente acima de 18 anos e com idade inferior a 60 anos, que não estivessem em trabalho formal. A escolaridade e a renda foram independentes, não era obrigatório o recebimento de benefícios de transferência de renda, posto que já ocorriam grupos destinados a este público, evitando-se assim sobreposição de ações.

¹⁹ - O Plano de Ação é um instrumento onde são pensadas e organizadas as atividades dos CRAS que serão executadas no semestre/ano posterior. A equipe técnica é responsável por verificar as demandas locais e o direcionamento metodológico e traduzi-las para este instrumental.

A limitação de participantes com mais de 60 anos deu-se em função da existência de um grupo de convivência da Terceira Idade no equipamento. No entanto, havia mulheres idosas que desejavam integrar um dos grupos do CRAS e, em função do número de vagas, não conseguiam participar. Deste modo, algumas mulheres com idade superior aos 60 anos compunham o grupo de mulheres.

As mobilizações se deram através de visitas domiciliares, contatos telefônicos, durante os atendimentos técnicos, com a utilização de cartazes de divulgação fixados no próprio equipamento e em outros serviços públicos do território e, ainda, no comércio local. Por ter se tornado constante a presença das crianças (advindas da oficina de reflexão de famílias), estabeleceu-se dentre os combinados do grupo que elas permaneceriam participando, porém em encontros nos quais fossem trabalhados assuntos mais próprios do universo feminino (sexualidade ou autocuidado, por exemplo), as crianças ficariam sob a atenção de uma monitora da equipe da “Casa do Brincar”²⁰ em outra sala do CRAS.

Os encontros ocorriam com o seguinte roteiro e formato: a coordenação era de responsabilidade de uma técnica e uma estagiária do CRAS, ocorriam dois encontros ao mês, sendo que uma vez por mês a execução do encontro acontecia com umaicineira que aliava o tema a uma atividade manual (pintura, colagem, esculturas de argila). O outro encontro dava-se em parceria com integrantes da rede local, como a equipe da “Casa do Brincar” e do Centro de Saúde.

Os primeiros passos do grupo de mulheres não tiveram a intenção de criar um contexto de militância social, mas o desejo de aguçar as percepções quanto ao contexto familiar e próprio dessas mulheres, fazendo com que elas voltassem seus olhares para seu universo, o universo feminino. Esse espaço, que é permeado pela falta de tempo com o cuidado de si (higiene, saúde, sexualidade), cuidado do corpo, com a mente, com os próprios desejos. Mulheres que desejavam para os filhos, no entanto não conseguiam delimitar os desejos para elas mesmas.

No ano de 2012, a temática adotada para o grupo de mulheres (com base em avaliação feita anteriormente com elas) foi “*O cuidado*”, e os desdobramentos foram os subtemas como: *cuidados com o corpo, cuidados com o lar, ser cuidada e autocuidado*, sempre buscando quebrar estigmas sociais, tentando reduzir a sobrecarga feminina e

²⁰- Casa do Brincar é o nome dado ao serviço de retaguarda dos CRAS, destinado a atividades lúdicas com crianças de 0 a 6 anos e seus familiares. Esse serviço é executado através de um convênio em parceria com a Providência Nossa Senhora da Conceição (em Belo Horizonte).

incentivando-as a explicitar, através da fala ou das atividades lúdicas empregadas, o que sentiam e/ou compreendiam naquele momento.

Acredita-se que ali o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, tão citado pela proteção social básica, foi exercitado, posto que, mulheres que sequer conheciam-se passaram a se identificar, cumprimentar e criar laços, dentro e fora do grupo em questão. Ocorriam relatos de mulheres que diziam ter visto o filho de outra integrante neste ou naquele local, que avisavam quando uma delas iria se atrasar, quando a outra participante estava com algum “problema em casa” e necessitaria ausentar-se naquele dia, o tom adotado nesse tipo de comentário não era de fofoca ou julgamento, mas de cuidado e zelo umas com as outras. Assim, aferiu-se que a convivência grupal permitiu o estabelecimento/fortalecimento de vínculos comunitários de atenção e cuidado.

Havia desafios a serem enfrentados, como o respeito e o cumprimento do horário de chegada para não lesar as demais participantes, a paciência e a tolerância diante da fala com a qual “eu não me identifico”, o silêncio diante da exposição do outro e até desafios bem práticos, como os que ocorriam em dias de chuva intensa, o que fazia com que o número de mulheres presentes fosse menor.

No ano de 2011 o número médio de participantes no Grupo de Convivência de Mulheres foi de 16 pessoas, sendo que até o primeiro semestre de 2013 atingiu-se a média de 24 participantes, havendo encontros que tiveram a participação de 30 pessoas. O grupo passou a contar com 35 inscritas, tendo sido criada uma lista de participantes, evitando-se assim que em um encontro estivessem presentes mais mulheres do que o possível. Esse número não pode ser expandido em função das limitações de espaço físico, recursos financeiros (para lanche e material, por exemplo) e mesmo pela adequação metodológica.

Dentre os instrumentos adotados para incentivar a participação das mulheres estão as atividades manuais, como o artesanato, e os passeios ao final de cada semestre que se adéquam a Tipificação ao possibilitarem ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço (BRASIL, 2009).

A manutenção de grupos deste tipo, ao longo do tempo, é sempre um desafio. Diversos são os fatores que podem levar as mulheres a se afastarem deste convívio. No entanto, o Grupo não só se manteve, mas cresceu e foi ativo durante o período estudado.

Estes fatos levam às seguintes questões: “*O que fez com que essas mulheres permanecessem assíduas ao grupo?*”, “*O que contribuiu para que esse número crescesse?*”, “*Qual era a percepção que elas tinham desses encontros?*”. Essas questões orientaram a análise, que será apresentada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 – O QUE PENSAM AS MULHERES DO GRUPO SOBRE SUA EXPERIÊNCIA

Nesse capítulo apresentamos a opinião das mulheres que frequentaram o Grupo de Mulheres do CRAS Coqueiral no período de 2011 a 2013 sobre a sua experiência, no intuito de compreender os fatores que contribuíram para a permanência dessas mulheres no Grupo. Para isto, utilizamos dados coletados por meio de um questionário de avaliação de satisfação, que foi aplicado no final do ano de 2012, junto às mulheres participantes do grupo. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres que integravam o Grupo de Convivência estudado.

4.1 A avaliação da implementação e a opinião dos usuários

Analisar o processo de implementação de uma política pública é essencial para se verificar o alcance das ações e o possível cumprimento (ou não) dos objetivos pretendidos, de modo a proceder a correções de rumo e aperfeiçoar processos de trabalho, infraestrutura, formação da equipe, dentre outros. Portanto, verificar os avanços e os desafios relacionados à implementação do Grupo de Mulheres e sua consonância com as diretrizes do SUAS nos parece essencial, inclusive para compreender os fatores que podem ser relevantes para a motivação dessas mulheres na entrada no Grupo e mesmo a sua permanência.

O papel da avaliação em todos os momentos do trabalho é fundamental para uma boa implementação de um serviço público e para que se consiga produzir as alterações necessárias, evitando que o trabalho se perca e com ele investimentos de tempo, recursos e energia. A avaliação nos auxilia a criar uma normatização do diagnóstico que nada mais é do que um meio termo entre o ideal e a realidade, **fazer o que está ao alcance**.

Para que se planeje é fundamental que tenhamos objetivos bem claros e, para isso Matus, sugere a criação de uma *imagem-objetivo* que, “*deve cumprir certos requisitos no planejamento normativo; com efeito, a imagem-objetivo deve ser eficaz, coerente e possível.*” (MATUS, 1993, p.37) Por outro lado, sabe-se que dentro do processo de avaliação podem surgir resistências por temores relativos à ‘fiscalização e ao controle’ sobre o trabalho realizado. A experiência da Secretaria de Avaliação e

Gestão da Informação, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SAGI/MDS), pode nos dar uma ideia dessa resistência.

Foi necessário então uma política, por parte da SAGI, de convencimento dos gestores – seus clientes internos – de que as informações produzidas pelo monitoramento e a avaliação possibilitariam não apenas melhorar o desempenho dos programas, mas verificar se os resultados previstos estavam sendo alcançados. (VAITSMAN et al, 2006, p.17)

Matus (1993, p.36-37) esclarece-nos que, para planejar, é necessário primeiro fazer um diagnóstico, mapear os problemas. Para o autor é importante que conheçamos a realidade, façamos a distinção dos problemas e suas causas e tracemos objetivos que serão traduzidos em metas.

Por outro lado, sabemos que em políticas públicas as decisões podem ser tomadas de forma “top down”, partindo de cima para baixo (da gestão para a equipe técnica), ou seguindo o modelo “bottom up” partindo de baixo para cima. Existe a compreensão, por parte de alguns analistas, quanto a importância e a necessidade de que ambas as formas de decisão ocorram, já que uma detém mais elementos técnicos (da prática) podendo complementar a outra que tem domínio de elementos gestores (administrativos e burocráticos) (OLIVEIRA, 2006, p.279). Para Oliveira (2006) e Lotta (2012), os burocratas de rua ou burocratas de nível da rua estão mais próximos da população atendida e, portanto,

desenvolvem uma proximidade dos usuários ao longo do processo de implementação, eles acabam sendo potenciais representantes dos interesses desses usuários, na medida em que recebem as demandas e são, inclusive, autorizados a levá-las para dentro do serviço público. (LOTTA, 2012, p.36)

Assim, a escuta desse usuário, a avaliação (formal ou informal²¹) do trabalho realizado, e esse contato direto com a população atendida faz com que haja um reconhecimento social desse profissional, sendo ele um ‘porta voz’ desse público. Além disto, a avaliação da implementação pode apontar alguns fatores importantes para o aperfeiçoamento das ações.

²¹- Avaliação informal nos remete a uma conversa informal com as participantes sem que com isso haja a utilização de um método avaliativo, mas onde elas expressam satisfação ou não.

No caso de Belo Horizonte, o processo de elaboração do planejamento de cada semestre do órgão gestor da Assistência Social se orientava por um Relatório de Gestão, elaborado pelas equipes do CRAS, que apresentava dados quantitativos e qualitativos referentes a todas as atividades exercidas no equipamento nos últimos seis meses (inclusive dos grupos). Com base nele, monitorava-se o trabalho realizado nos CRAS, no intuito de produzirem-se mudanças locais e subsidiar alterações na gestão do trabalho.

No encerramento do Grupo de Mulheres do CRAS Vila Coqueiral do ano de 2012, a coordenação técnica do grupo considerou importante que fosse feita uma avaliação²² de satisfação para que se levantassem demandas quanto a mudanças que viessem a contribuir com o planejamento do próximo ano. Formulou-se um questionário, conforme dimensões e categorias a serem avaliadas: a) aspectos de infraestrutura (oficineiros/parceiros, espaço físico, horário / dia / nº de encontros); b) aspectos das atividades (assuntos / temas, passeios²³); c) aspectos da participação; d) aspectos da gestão (coordenação).

Ao responderem à avaliação, as mulheres não deveriam identificar-se e, em razão do analfabetismo de algumas, utilizou-se como técnica o emprego de expressões faciais com três níveis de escala: gostei, gostei pouco e não gostei. Foi feita a leitura da avaliação em voz alta para que todas pudessem acompanhar e responder ao mesmo tempo. Uma estagiária e a técnica de referência auxiliavam na orientação individual, quando surgiam dúvidas.

As mulheres que não tinham elementos para avaliarem algum quesito (por não estarem presentes em dado encontro ou que não foram a um dos passeios, por exemplo) mantiveram em branco a questão. Ao todo 23 (vinte e três) mulheres responderam a avaliação, sendo mais de 65% das inscritas no grupo.

Na tabela a seguir apresentamos os dados coletados na época. Os resultados estão expressos em percentil.

²² - Em todos os grupos executados nos CRAS é orientação do órgão gestor municipal que sejam feitas avaliações quanto ao trabalho, sejam elas no decorrer dos encontros ou ao se encerrarem.

²³ - Os passeios eram propostos pela equipe técnica com base nas demandas das mulheres e em consonância com os recursos financeiros disponíveis, assim eram apresentadas no mínimo três opções para que elas fizessem a escolha final.

Tabela 1 - Avaliação de satisfação - Grupo: Valorizando a Mulher que Sou - Ano 2012



**Não
responderam**

Oficineiros/parceiros de:				
Artesanato	100	0	0	0
Família	95,65	0	0	4,35
Massoterapia	56,53	26,8	0	17,39
Saúde da Mulher	21,73	17,39	0	60,86
Dermatologia	65,21	0	4,35	30,43
Beleza	56,53	17,39	0	26,8
Cidadania e meio ambiente	65,21	8,69	0	26,8

Passeios:				
Inhotim	56,53	0	0	43,47
Aterro Sanitário	43,47	8,69	0	47,82

Coordenação técnica:	100	0	0	0
----------------------	-----	---	---	---

Assuntos/temas:				
Cuidados Pessoais	95,65	0	0	4,35
Cuidados com o outro	86,95	8,69	0	4,35
Cuidados com o lar	95,65	4,35	0	0
Cuidados com o espaço urbano/meio ambiente*	86,95	4,35	0	4,35

Participação:				
Minha	73,91	21,73	0	4,35
Do outro (colegas)	60,86	39,13	0	0
Brincante com as crianças	43,47	4,34	13,04	39,13

Espaço Físico:				
Sala do 1º andar	60,86	39,13	0	0
Salão do 3º andar	95,65	0	0	4,35

Horário/dia/nº encontros				
Quarta às 14h	100	0	0	0
Dois encontros no mês	73,91	8,69	17,39	0

* Nesse quesito uma pessoa deixou de marcar a alternativa

Uma última pergunta, aberta, possibilitou a apresentação de sugestões e demandas. As principais demandas que surgiram referiam-se a novos passeios ou o

pedido de repetirmos um passeio que consideraram muito bom. Solicitações de mais encontros ao mês, sugestões de que fosse incluída alguma modalidade física durante os encontros, lanches mais saudáveis e que o grupo se realizasse no 3º andar (sala mais ampla).

Após fazermos a avaliação de satisfação com o grupo, observamos que algumas mudanças dependiam diretamente da gestão da política (como a possibilidade de mais recursos financeiros para compra de materiais ou para os passeios) e outras dependiam da equipe técnica, como a mudança de sala, ou a alteração do lanche. Assim, para o ano de 2013 algumas alterações foram realizadas, a partir das opiniões e sugestões das mulheres do Grupo: as reuniões do grupo passaram a realizar-se no 3º andar, elas foram informadas do cardápio disponível de lanche para futuros pedidos, ante a impossibilidade (de tempo e de recursos técnico e financeiro) do aumento no número de encontros em todos os meses foram propostos dois encontros a mais no semestre, assim, dois meses ficariam com três encontros.

Podemos constatar que tais intervenções, se não tivessem ocorrido, poderiam ter gerado um elevado índice de insatisfação dentro do grupo estudado, e o correspondente esvaziamento do número de participantes, quebrando um ciclo de ganho e crescimento para essa comunidade. Compreende-se então, que dentre os aspectos que devem ser observados para um trabalho eficaz podemos citar: as demandas manifestas pelo grupo, os recursos financeiros disponíveis (fomento), além dos fatores logísticos e administrativos (espaço físico, disponibilidade de salas, tempo hábil para compra de material etc).

Por outro lado, pudemos confirmar que ambas as possibilidades de planejamento e decisão (top down e bottom up) são essenciais e complementares, pois um profissional da “ponta” (equipe técnica) pode alterar a logística do trabalho, por exemplo ao modificar o grupo de uma sala pequena para outra maior, que comporta confortavelmente o número de participantes sem comprometer o grupo. Já os gestores acompanham a destinação e a disponibilidade de recursos orçamentários para o ano seguinte, o que depende de questões políticas (e negociações) que ligam-se a autoridades que dominam o processo decisório.

Os resultados do questionário de avaliação e o processo de “correção de rumos” realizado em decorrência das opiniões das mulheres do Grupo podem ser fatores que foram relevantes para a permanência delas, pois não só as condições de participação

melhoraram, mas também elas foram ouvidas e atendidas em suas demandas, naquilo que era factível para o CRAS.

4.2A opinião das entrevistadas sobre o Grupo de Mulheres do CRAS

As informações geradas pelo questionário eram insuficientes para responder à nossa principal questão de pesquisa. Assim, para conhecer de forma mais aprofundada a opinião de algumas das mulheres do Grupo foi utilizada a técnica de coleta de dados através de entrevistas, que se orientaram por onze perguntas semiestruturadas (ver apêndice). As entrevistas foram feitas através de visita domiciliar a voluntárias (individualmente) e o registro foi feito por meio de gravador e anotação de palavras chave.

Com base em uma lista de presença do Grupo de Mulheres e tendo como referência o período estudado nessa pesquisa, foram selecionadas e convidadas quatro mulheres que apresentavam diferentes perfis e idades, representativas do conjunto do grupo, e que o frequentavam desde a primeira formação quando ainda era Oficina de Reflexão (salvo uma delas que adentra no início do Grupo de Convivência). Nesse sentido, nos baseamos nos seguintes dados para selecionarmos tais mulheres: faixa etária, raça²⁴, crença religiosa, escolaridade, estado civil, filhos, pessoas residentes no domicílio, dependência ou independência financeira²⁵, recebimento de benefício²⁶ e profissão/ocupação.

As entrevistadas receberam informações quanto ao motivo da pesquisa, tiraram dúvidas quando surgiam e autorizaram o uso dos dados coletados na entrevista através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ao iniciarmos as entrevistas mostramos a elas fotos dos encontros ocorridos durante o período pesquisado, no intuito de auxiliar no resgate da memória.

Para garantirmos a confidencialidade das identidades, intitulemos as mulheres de M1, M2, M3 e M4 e não informaremos as idades exatas evitando assim, que sejam identificadas. A seguir apresentaremos o perfil de cada uma delas.

²⁴ - Esse quesito foi considerado de acordo com a autodeclaração dessas mulheres.

²⁵ - Quanto a esse aspecto, levamos em conta se as mulheres têm autonomia financeira ou se necessitam da renda dos familiares para suprirem seus gastos (vestuário, produtos de higiene pessoal, etc).

²⁶ - Dentre os benefícios consideramos, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, aposentadoria, pensão etc.

M1 – Idosa, aposentada, solteira, raça branca, filhos adultos, reside sozinha, domicílio próprio, ensino fundamental completo tendo sido concluído através da Educação de Jovens e Adultos (EJA), religião: messiânica e independente financeiramente.

M2- Aproximadamente 30 anos, trabalho informal, solteira, raça negra, há somente adultos no domicílio, moradia própria, ensino médio completo, tendo concluindo-o através da EJA, religião: evangélica, benefícios aposentadoria de um membro familiar e apresenta dependência financeira.

M3- Aproximadamente 40 anos, do lar, casada, raça parda, há adultos, crianças e jovens no domicílio, moradia própria, ensino médio incompleto, religião: evangélica, beneficiária do programa Bolsa Família, porém, ainda há dependência financeira.

M4- Aproximadamente 50 anos, trabalho informal, divorciada, raça negra, há adultos, adolescentes e crianças na casa, moradia própria, ensino fundamental completo, religião: católica, sem benefícios sociais, independência financeira.

As perguntas que compuseram a entrevista foram formuladas com o propósito de responder as seguintes questões de pesquisa, *“O que fez com que essas mulheres permanecessem assíduas ao grupo?”*, *“O que contribuiu para que esse número crescesse?”*, *“Qual era a percepção que elas tinham desses encontros?”*

Inicialmente procuramos compreender quais fatores contribuíram para a adesão dessas mulheres ao Grupo de Convivência, ou seja, “como” e “por que” elas foram participar do Grupo. Dentre as respostas apresentadas para ‘o porquê’ estão fatores como: morar sozinha, oportunidade de aprender coisas novas, não ficar “só dentro de casa”, curiosidade em saber do que se tratava esse trabalho e mesmo indícios de um adoecimento psíquico, compõem os motivos da ida dessas mulheres ao Grupo. Algumas de suas falas, transcritas a seguir, expressam suas motivações.

Oportunidade boa para a gente aprender as coisas (...) eu fui lá e perguntei como que era e fiquei interessada. (M2)

Eu fui fazer meu cadastro lá [no CRAS] e me convidaram. Eu estava precisando muito eu estava assim, parece que eu estava entrando em depressão. (M4)

Já “como” está relacionado com fatores como: terem feito cadastro no equipamento e recebido o convite, a mobilização feita durante visita domiciliar pela equipe técnica, por curiosidade quanto ao trabalho e pela divulgação entre mulheres que já participavam dos encontros.

Eu fiquei sabendo que tinha essas reuniões todas as quartas feiras, então eu passei um dia para ver como que era (...) aí eu me interessei de participar. (M1)

Vieram duas pessoas do CRAS e me fizeram o convite, eu achei interessante, fiquei curiosa e fui lá conhecer. (M3)

Também procuramos verificar qual o sentimento dessas mulheres ao participarem do Grupo, uma vez que o sentimento de pertencimento está relacionado também com o fator de sentir-se acolhido, pertencente ao meio. As respostas foram uníssonas quanto à satisfação e ao sentimento de bem estar ao participarem dos encontros. A oportunidade de exercitar a própria fala, a troca de experiências, a oportunidade de conhecer novas pessoas, esquecer-se dos problemas, os passeios realizados por elas e até a identificação de si mesma como ‘pessoa’ foram destacados como importantes para o sentimento positivo ao estarem no Grupo. As falas transcritas a seguir são exemplares desses sentimentos.

Me sentia uma pessoa assim... uma pessoa, né? Eu estava no meio de outras pessoas e podia expressar o que tinha dentro de mim e não tinha com quem falar, achei interessante. Oportunidade de falar. (M1)

Muito bem, é bom conhecer novas pessoas, fora os passeios que eram bons. (M2)

Uma satisfação (M3)

Eu sentia bem muito bem, fazia bem para mim. Eu esquecia dos problemas. (M4)

Solicitamos às entrevistadas alguns esclarecimentos quanto a esses sentimentos positivos descritos, especialmente quanto ao que produzia esses sentimentos. A oportunidade de relatarem suas vivências, a possibilidade de expressarem-se através da fala, o espaço para compartilharem experiências de vida, são apresentadas como motivos dos sentimentos positivos quanto ao Grupo, o que pode ser ilustrado pelas falas a seguir.

Eu venho de uma família humilde e sofrida (...) às vezes você não tem oportunidade de falar sobre aquela vivência que você teve naquela época, [no grupo] tive a oportunidade de estar expressando. (M1)

Porque eu estava conhecendo outras pessoas e comunicando com elas além de conhecer, né?(M3)

Os trabalhos manuais (oficinas de artesanato) são vistos como estímulo à fala, um momento para a troca de experiências entre essas mulheres. Esse tipo de atividade também é determinante para reforçar a autoestima e a confiança em si mesmas auxiliado, por exemplo, na identificação de suas capacidades e potencialidades que elas mesmas desconheciam. Além disso, a oportunidade de elas estarem em um ambiente diferente do domiciliar, quebrar a rotina da semana, é outro ponto expresso como importante. As falas a seguir são expressivas desses sentimentos.

Na oficina pode fazer trabalho e pode falar das coisas. (M1)

a gente não sabia fazer nada de repente faz alguma coisa, a gente se sente bem (...) quem diria que eu ia aprender a fazer uma florzinha 'daquela'. (M2)

Como se fosse uma terapia né, assim você sai um pouco da sua casa vai para um ambiente diferente. (M3)

Gosto de artesanato, quando estava lá eu esquecia de tudo. Fazia bem para mim. (M4)

Procuramos saber qual a melhor lembrança que elas tinham do Grupo, pois desejávamos que as entrevistadas rememorasse vivências boas daquele momento. Desse modo, a forma como foram recebidas (a acolhida) no grupo pela coordenação, os passeios e as relações que foram construídas entre elas são citadas nessas lembranças.

A melhor lembrança que eu tenho foi lá no início quando cheguei no grupo e você me recebeu bem (...) eu dou muito valor quando a pessoa tem atenção especial. Essa atenção foi maravilhosa. (M1)

O passeio em Inhotim, foi a melhor de todas. (M2)

O encontro em Inhotim, as pessoas se comunicaram mais. (M3)

Aos amigos, (...) Gostava de todo mundo. (M4)

Uma questão que nos interessava era conhecer suas opiniões sobre a coordenação do Grupo e perguntamos o que elas mudariam nessa coordenação. Compreendemos que esta é uma pergunta delicada, pois as entrevistadas podem temer responder sinceramente e serem mal interpretadas. Assim, após a primeira resposta delas (que foi nos quatro casos, “não mudaria nada”), complementamo-la dizendo que poderia ser qualquer aspecto que gostariam que tivesse sofrido uma mudança e não ocorreu.

Desse modo, elas falaram de aspectos administrativos que poderiam ter ocorrido de outro modo, como terem sido oferecidos lanches mais ‘simples’, para com isso “*ter um dinheiro a mais para um passeio melhor, ou outra coisa*” (M1).

Outros pontos levantados foram o tempo de duração dos encontros (muito curto) e o dia da semana no qual ocorriam.

Eu mudaria colocaria toda semana (...) ou um encontro com mais tempo, duas horas é pouco. (M3)

Mudaria os dias. Melhor seria na quinta. (M4)

Outro fator importante, e que não poderia ser ignorado, está relacionado com os elementos que foram negativos nesse Grupo. Em geral, o que foi suscitado como negativo tinha vinculação direta com a convivência entre as integrantes, como divergências quanto a pontos de vista, desrespeito com as demais colegas no momento do lanche e algumas mulheres que de modo recorrente chegavam atrasadas²⁷, gerando dispersão entre as demais, bem como reuniões em que ocorriam ‘bate papo’ e quando era exibido algum filme. As falas a seguir são ilustrativas dessas opiniões.

Às vezes não foi sempre, mas, algumas falas das colegas, mas também não questionei porque achei que não tinha necessidade.(M1)

Quando a reunião era de bate papo, ou tinha filme. (M2)

Hora do lanche (...) talvez um pouco de falta de educação com os participantes.(M3)

O que eu menos gostava era quando as pessoas chegavam atrasadas e atrapalhavam, tiravam a concentração. (M4)

Procuramos saber quais fatores facilitaram e dificultaram sua participação no Grupo, pois acreditamos que esse aspecto nos conduziria a descoberta de fatores favoráveis ou não à permanência das mulheres no Grupo. Os aspectos que elas relatam que facilitaram são: o artesanato, a possibilidade de expressarem-se, a vontade própria de estarem no grupo e o fato de sentirem-se mais ativas e animadas ao saírem dos encontros. Conforme descrevem abaixo,

Falar um pouco melhor não tenho intimidade com a expressão. (M1)

²⁷ Para diminuir esses atrasos e consequentemente a insatisfação das demais integrantes, foi estabelecido entre o grupo um horário limite de chegada e após esse horário não poderiam mais adentrar a sala de oficina.

Dia de fazer as flores, artesanatos. (M2)

Eu querer estar participando do grupo. Curiosidade e interesse de aprender alguma coisa. (M3)

Chegava em casa mais animada, mais ânimo para fazer tudo. (M4)

Quanto aos fatores que dificultaram estão elementos externos ao grupo como o deslocamento até o equipamento²⁸ e ter que cuidar de crianças, e interno ao grupo aparece a questão da dificuldade de convívio com o outro.

Descer até lá, lugar acidentado, escada, morro. (M1)

Eu adaptar com as pessoas. (M3)

Os meninos que eu tinha que olhar. (M4)

Uma das integrantes não identificou elementos que dificultassem sua participação, afirmando que *“eu ia normalmente, nada dificultava”* (M2).

Buscamos explorar questões pertinentes ao convívio existente entre essas mulheres. A intenção é compreender se o Grupo possibilitou a elas o fortalecimento de vínculos comunitários, elemento que repetidas vezes surge nas publicações da Assistência Social, como um dos objetivos a serem alcançados pela Proteção Básica.

Procuramos saber, portanto, como elas percebiam a sua relação com as demais mulheres do Grupo. Aqui uma das falas nos chamou atenção, ao expressar que o contato com apenas uma das colegas era bom, o restante não, mas essa mesma fala foi complementada com a possibilidade de ser uma questão pessoal a ser trabalhada pela própria integrante.

Tirando uma que era ótima, o resto foi bem difícil (...) o diálogo, as pessoas não querem juntar o grupo. Aquele contato de você rir, não tinha (...) Acho que pode ser uma característica minha, se fosse no grupo tinha concerto. Com as profissionais dava tudo bem, era só mesmo com as participantes. (M3)

As outras três entrevistadas viram como positivo o convívio, inclusive trazendo mudanças de postura diante do outro e criando laços de convivência ‘extra grupo’ entre elas.

²⁸ O território do CRAS apresenta uma geografia bastante acidentada, desse modo surge para alguns usuários (idosos, deficientes, crianças pequenas) um desafio em termos de deslocamento até o equipamento.

Foi bom, a gente aprende muito (...) às vezes uma palavra mal colocada a gente aprende melhor do que com uma bem falada, repensar o que está fazendo de errado como age com as pessoas. (M1)

Era boa. Algumas delas continuam até hoje. (M2)

Era bem, gosto de todas até hoje encontro com algumas, converso. (M4)

Buscamos saber das entrevistadas se o Grupo produziu alguma mudança na sua vida com a comunidade e, em caso positivo, qual seria. Nossa intenção foi identificar se ocorreu o fortalecimento dos vínculos comunitários. E ao observarmos as respostas podemos afirmar que sim, salvo para a M3 que não percebe diferença.

Trouxe. Muita, muita, muita (...) Lá pode observar muita coisa para se tornar uma pessoa melhor compreender melhor o que aquela pessoa falou, relacionar-se melhor com o outro. (M1)

A convivência é 'mais boa', né? (...) Ninguém conversava com ninguém, agora todo mundo conversa. (M2)

Sim. Tratar as pessoas cada vez melhor, os vizinhos...Ensinava que a gente tem que se dar bem com os vizinhos, (...) trato melhor ainda que eu posso. (M4)

Por fim, procuramos dimensionar quais as mudanças que o Grupo poderia ter produzido em cada uma dessas mulheres e em suas vidas. As respostas variaram desde a melhora no modo de se comunicarem, o estímulo para saírem de casa, até a elevação da autoestima através do cuidado pessoal, como ilustram as respostas a seguir.

Melhorou muito, porque eu desenvolvi muito, né? Antes eu ficava só dentro de casa, agora né? O dia que não tem reunião a gente até sente, já acostumou muito de ir lá pro CRAS. Eu era mais calada, não saía de casa. (M2)

Teve, porque antes eu não ligava, igual o curso de beleza que teve lá, de passar um batom, não preocupava comigo com as filhas sim, mas comigo não. Agora para sair eu passo uma maquiagem, de vez em quando passo batom (...) aprendi a cuidar mais de mim, não gostava de maquiagem, nem ligava.(M4)

As respostas dadas pelas entrevistadas apontam indícios importantes acerca do seu sentimento de pertencimento. Conforme visto no segundo capítulo, esse sentimento tem relação com a aceitação e a acolhida de um sujeito por dado grupo social. Além disso, elementos de trabalho, como o artesanato e os passeios, são tidos como positivos e reforçam a adesão e a permanência dessas mulheres, o que contribuiu para que elas se sentissem pertencentes ao Grupo.

Segundo a percepção das entrevistadas, o grupo possibilitou o fortalecimento dos vínculos comunitários, auxiliou na construção da identidade dessas mulheres através do exercício da fala e da escuta, da elevação da autoestima (cuidados pessoais), além de fazer com que elas se percebessem sujeitos sociais (*‘pessoa, né?’ M1*)

Um dos maiores desafios do convívio dessas mulheres foi lidar com as diferenças entre elas, de cultura, visões de mundo, crenças religiosas, criação de filhos, já que foram pontuadas posturas de respeito e também de desrespeito aos limites do outro no grupo. Quanto a esse aspecto nos perguntamos: *não será essa dificuldade em lidar com as diferenças um aspecto de convivência que desafia a todos nós?*

CONCLUSÃO

Um dos focos desse trabalho foi buscar compreender quais fatores contribuem para a adesão de pessoas que residem em territórios de vulnerabilidade social a dado grupo de convivência, no intuito de que esses elementos possam servir como parâmetros para outras pesquisas e que venham a auxiliar a execução de diferentes grupos existentes no setor público. Com esses objetivos, optamos por uma pesquisa qualitativa, exploratória, tendo como objeto o Grupo de Mulheres do CRAS Coqueiral.

No primeiro capítulo apresentamos os principais marcos teóricos da Assistência Social, terminologias chaves como território, PNAS, LOAS, Proteção Social Básica e sua função, vulnerabilidade social. Também abordamos o que é o CRAS e sua composição técnica, o Serviço do PAIF e suas premissas, bem como o papel da psicologia junto as famílias atendidas pelo PAIF e a necessidade do trabalho interdisciplinar no contexto social. Esse capítulo teve como objetivo situar-nos nessa política e compreendermos onde está inserido o Grupo estudado.

Foi possível perceber que o percurso traçado pelo SUAS nos últimos anos tem possibilitado não só a construção de equipamentos próprios da assistência social, como os CRAS, mas também a definição dos Serviços e suas finalidades, como foi o caso do PAIF. Além disso, a obrigatoriedade de que o profissional da psicologia componha as equipes técnicas do CRAS tem possibilitado demonstrar seu compromisso ético e social com as políticas públicas, não se limitando ao atendimento individualizado, nem ao inconsciente. Nesse contexto, compreender motivações de participação e de permanência de usuários nos serviços próprios do SUAS mostra-se extremamente relevante, pois a política de assistência se orienta por objetivos de fortalecimento e/ou restabelecimento de vínculos, o que só é possível de ocorrer ao longo de certo tempo.

O segundo capítulo abordou o tema de grupos conforme a visão da psicologia. Apresentamos a história da psicologia social no Brasil, discussões quanto à constituição da identidade, tendo como elementos de reforço (ou estímulo) a linguagem e a identidade e como esses fatores dependem da interação social. Também apresentamos diferentes autores e suas visões sobre os grupos e os papéis assumidos dentro deles, o que nos possibilitou compreender como se dá o sentimento de pertencimento a um grupo através da Teoria da Identidade Social de Tajfel.

O estudo esclareceu que as pessoas vêm de vários grupos sociais, o que têm papel fundamental na identidade e na forma com a qual cada uma se percebe no mundo

e constrói essa identidade. Também foi possível compreender que o sentimento de pertencimento a um grupo faz com que o sujeito se identifique e, assim, construa valores e conceitos. E que sentir-se pertencente faz com que essa pessoa insira-se e ali permaneça, enquanto houver identificação e acolhida com e no meio.

No terceiro capítulo apresentamos o CRAS estudado, localizando-o geográfica, cultural e historicamente, bem como a metodologia empregada em Belo Horizonte para a execução do Grupo. Expusemos o Grupo em si e suas nuances, identificando suas modificações com o passar dos anos e mapeando fatores que contribuíram para a participação das integrantes, como as atividades manuais e os passeios.

Por fim, por meio da implementação e da avaliação pudemos dispor de recursos para auxiliar-nos a fundamentar empiricamente essa pesquisa. Lembramos a importância do trabalho técnico e do trabalho de gestão, tendo ambos papéis essenciais na política pública. E que ao avaliarmos o trabalho realizado pudemos promover mudanças que eram necessárias para um bom andamento do Grupo e para manutenção do nível de satisfação das integrantes, ao serem ouvidas e (quando ao alcance da equipe) atendidas em suas demandas.

Através da avaliação de satisfação, efetivada em 2012, e das entrevistas realizadas com algumas integrantes do grupo, compreendemos que tais atividades são importantes incentivadores de participação ao grupo, já que as integrantes avaliaram de modo positivo esses recursos (passeios e artesanato). A avaliação da sua satisfação também apontou aspectos que poderiam ser melhorados, e que efetivamente o foram, e evidenciou o cuidado dos técnicos e coordenadores do Grupo quanto à garantia de condições que possibilitassem sua permanência.

Pudemos constatar que o sentimento de pertença foi identificado no Grupo estudado e ele contribuiu para a adesão das mulheres em questão, uma vez que elas sentiam-se inseridas nesse meio, havendo uma identificação. Através da análise das entrevistas confirmamos que as mulheres participantes do grupo mantinham um sentimento de pertencimento, sentiam-se acolhidas, e apesar das divergências entre elas, expressavam grande satisfação (sentimentos positivos) ao estarem presentes nesse contexto.

Concluimos que o Grupo de Convivência possibilitou o fortalecimento dos vínculos comunitários, trabalhou efetivamente a autoestima, possibilitou a expressão verbal dessas mulheres (elas passaram a ter voz), fez com que elas se percebam como

sujeitos e cidadãos. O Grupo contribuiu para a elaboração de sentimentos e sentidos de vida para essas mulheres. Esses fatores certamente cooperaram para que as mulheres permanecessem no Grupo durante um período bem maior do que o habitual.

REFERÊNCIAS

ÁLVARO, José Luis e GARRIDO, Alicia. *Psicologia Social – Perspectivas psicológicas e Sociológicas*. Tradução: Miguel Cabrera Fernandes, São Paulo: Mc Graw Hill, 2006

BEATO, Mônica Soares da Fonseca [et al]. *A psicologia e o trabalho no CRAS*. Organizadores CRP/MG – CREPOP/MG. Belo Horizonte, CRP 04, 2011.

BELO HORIZONTE. *Histórias de Bairros [de]Belo Horizonte:Regional Noroeste*. Coordenadores, Cíntia Aparecida Chagas Arreguy e Raphael Rajão Ribeiro. APCBH, ACAP-BH. Belo Horizonte, MG, 2008.

_____. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. *Metodologia de Trabalho com Famílias e Comunidades nos Núcleos de Apoio à Família –NAF (Centro de Referência da Assistência Social – CRAS) NAF/CRAS* - Belo Horizonte, MG, 2007.

BRASIL.Conselho Nacional de Assistência Social. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais* (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília, MDS: 2009.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. *Dispõe sobre a organização da Assistência Social* e dá outras providências. Brasília, 7 de dezembro de 1993.

_____. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, *que dispõe sobre a organização da Assistência Social*. Brasília, 6 de julho de 2011.

_____. *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: MDS, 2009.

_____.*O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Vol.1 (versão preliminar) – Brasília: MDS, 2012.

_____.*Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS*. Resolução CIT nº7, de 10 de setembro de 2009.

_____.Resolução nº 17, de junho de 2011. Ratifica a equipe de referência definida pela NOB-RH/SUAS. Conselho Nacional de Assistência Social. Diário Oficial Da União (DOU). Brasília – DF, 21 de junho de 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Censo SUAS 2012: CRAS, CREAS, Centros POP, Gestão Municipal, Gestão Estadual, Conselho Municipal e Unidades de Acolhimento* – Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013.

_____. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. Brasília, DF, novembro de 2005.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia Ciência e Profissão – Diálogos*. Política de Assistência Social, Ano 7, nº7, Brasília/DF julho 2010.

CFP/CFESS. *Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social / Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)*. CFP/CFESS, Brasília - DF, 2007.

CIAME Pindorama. Disponível em:
<http://telecentrosbhcidadania.wordpress.com/telecentros/reg-noroeste/ciame_pindorama/> .Acesso em: 18 de fevereiro de 2014.

CIAMPA, Antônio da Costa. *A estória do Severino e a história da Severina – um ensaio de psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CIAMPA, Antônio da Costa. *Identidade in Psicologia Social o homem em movimento*. Org. LANE, Sílvia T. Maurer& CODO, Wanderley. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.58-75.

COSTA, Cátia Maria dos Santos e COHEN, Gustavo. *Linguagem e identidade Cultural sob o olhar de um índio macuxi*. Revista Philologus, Ano 19, nº57 – Supl.: Anais da VIII JNLFLP. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set/dez 2013.

CREPOP –Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. *Referência técnica para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS / Conselho Federal de Psicologia (CFP)*. Brasília – DF, 2007. (reimpressão 2008)

CROCHIK, José Leon. *T. W. Adorno e a Psicologia Social*, Revista Psicologia & Sociedade, nº20 (2), 297-305, 2008.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREUD, Sigmund. *Obras Completas*. Vol. XVIII – Ed. Standard Brasileira *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, 1921

KLINEBERG, Otto. *Psicologia Social 2*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 2ª edição brasileira, julho de 1963, p. 456 - 492.

LANE, Sílvia T. Maurer. *A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia in Psicologia Social o homem em movimento*. Org. LANE, Sílvia T. Maurer& CODO, Wanderley. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 10-19.

_____. *Linguagem, pensamento e representações sociais in Psicologia Social o homem em movimento*. Org. LANE, Sílvia T. Maurer & CODO, Wanderley. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 32-39.

_____. *O que é psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 6ª reimpressão da 22ª ed. de 1994. (reimpressão 2006)

LIMA, Aluísio Ferreira de. *Para uma reconstrução dos conceitos de massa e identidade*. Revista Psicologia Política, nº 14 (7), Belo Horizonte, 2008.

LOTTA, Gabriela Spanghero. *O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade in Implementação de Políticas Públicas - Teoria e Prática*. Org. Carlos Aurélio Pimenta de Faria. Belo Horizonte, Editora PUC Minas, 2012, p.20-49

MARIANO, Silvana Aparecida e CARLOTO, Cássia Maria. *Gênero e Combate à pobreza: Programa Bolsa Família*. Estudos Feministas, Florianópolis. Setembro-dezembro, 2009.

MATUS, Carlos. *Como não se pode planejar in Política, Planejamento & Governo*. IPEA - Brasília, 1993, p.35-47

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. *Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas*. RAP, Rio de Janeiro, 40(1): 273-88, Mar./Abr. 2006.

SAIDON, Osvaldo I. *O grupo Operativo de Pichon-Rivière in Grupos Teoria e Técnica*. Org. BAREMBLITT, Gregório. Ed. Graal IBRAPSI, 1982.

SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborgere GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. *Psicologia Social Comunitária e Formação Profissional*. Revista Psicologia & Sociedade, nº 19, Edição especial 2, p.100-108, 2007.

STRALEN, Cornelis Johannes Van. *Psicologia Social: Uma especialidade da Psicologia?*, Revista Psicologia & Sociedade, nº 17 (1), 17-28; jan/abr, 2005.

TUZZO, Simone Antoniacci e BRAGA, Claudomilson Fernandes. *Redes sociais e sentimento de pertença: o que pensam os estudantes do ensino médio*. Fragmento de Cultura, Goiânia, v.20, nº3/4, p.207-220, mar/abr, 2010.

VAITSMAN, Jeni. RODRIGUES, Roberto W. S. PAES-SOUSA, Rômulo. *O sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome do Brasil*. Management of Social Transformations Programme (MOST), Policy Papers/17. Brasília, UNESCO, 2006.

VELHO, Gilberto. *Classes sociais e universos simbólicos in Individualismo e Cultura – Notas para uma antropologia da Sociedade Contemporânea*. Jorge Zahar Editor. 8ª ed. 2008, p.18-23

WEIL, Pierre e TOMPAKOW, Roland. *O corpo fala*. Editora Vozes, 1980.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. *Políticas Sociais, “Terceiro Setor” e “Compromisso Social”: Perspectivas e Limites do Trabalho do Psicólogo*. Revista Psicologia & Sociedade, Vol. 19, nº 1 - Porto Alegre Jan/abr. 2007.

APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS:

- 1) Como e Porque você foi para o grupo de Mulheres do CRAS?
- 2) Como você se sentia ao participar do Grupo?
- 3) Descreva porque sentia-se assim:
- 4) Qual a melhor lembrança do Grupo você tem?
- 5) O que você mudaria na Coordenação do grupo?
- 6) O que você menos gostou dessa experiência?
- 7) O que facilitou e o que dificultou sua participação no Grupo (interna ou externamente a ele)?
- 8) Como era sua relação com as demais integrantes do Grupo?
- 9) O Grupo trouxe alguma mudança para sua vida com a comunidade local? Qual?
- 10) Você sente que ocorreu alguma mudança pessoal (em sua vida) após participar do grupo? Descreva:
- 11) O que você gostaria de dizer sobre sua experiência no Grupo e que não foi perguntado?